



UNIRIO

CADERNO DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Editores-Chefes:

Profa. Dra. Claudia Tannus Gurgel do Amaral

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN a Obter

<http://www.seer.unirio.br/index.php/cdpp/>

O PODER. UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Horacio Capel¹

Resumo: O poder, a arte de governar e o exercício do poder são questões relevantes na Conferência de Filosofia Política, dedicada aos mecanismos de dominação. Uma perspectiva que podemos chamar de geográfica é introduzida aqui, porque é um geógrafo que a realiza e porque um certo número de trabalhos dessa origem disciplinar é citado. Nesta comunicação, primeiro, são feitas algumas considerações gerais sobre a complexidade do poder e, em seguida, são abordadas duas questões que parecem relevantes: o poder no Estado e nas comunidades científicas.

Palavras-chave: poder, exercício do poder, geografia política.

Abstract: Power, its exercise and the art of government are key issues in this conference on Political Philosophy devoted to the mechanisms of domination. We use here a geographical perspective, as it is a geographer who endeavors it, and as a series of works in this discipline are cited here. This paper presents first some general considerations about the complexity of power, to then address two relevant issues: the power in the State and in the scientific communities.

Key-words : power, exercise of power, political geography.

Introdução.

O poder, a arte de governar e o exercício do poder são questões relevantes nestes Dias da Filosofia Política dedicados aos mecanismos de dominação. Nesta comunicação, primeiro farei algumas considerações gerais sobre a complexidade do poder e depois discutirei duas questões que me parecem relevantes: o poder no Estado e nas comunidades científicas. Vou apresentar aqui uma perspectiva que podemos chamar de geográfica, porque é um geógrafo que a realiza e porque um certo número de trabalhos dessa origem disciplinar é citado².

¹ Professor Emérito da Universidade de Barcelona, onde foi Professor de Geografia Humana. Foi professor convidado ou pesquisador em várias universidades europeias e americanas e é *doutor honorário* pela Universidade Nacional de San Juan, Argentina (1999), pela Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina (2002) e pela Universidade de Buenos Aires (2010).

² Este texto foi escrito em outubro de 2011 para a *Conferência de Filosofia Política*, organizada pelo Departamento de Filosofia Política, realizada na Universidade de Barcelona em 21 e 24 de novembro de 2011 e dedicada ao “*Poder e mecanismos de dominação*”. O texto foi entregue para publicação em um livro que seria editado pela Editorial Horsori e, por razões editoriais, foi significativamente abreviado. O artigo publicado aqui corresponde ao trabalho completo preparado para essas Conferências. Após a data de entrega para publicação na *Biblio 3We* de sua aceitação, o livro anunciado foi finalmente publicado em novembro de 2014. Apresentamos aqui a referência completa do livro: BERMUDO, José Manuel. *Figuras de dominação*. Barcelona: Editorial Horsori, 2014. Este artigo foi produzido no âmbito do projeto CSO2010-21076-C02-01 do Ministério da Ciência e Inovação da Espanha.

1. Poder como substantivo e poder como verbo.

O grupo de filósofos que organizam essas Jornadas de Filosofia Política está interessado, como declarado na chamada, em dominação e em emancipação. O primeiro está associado ao poder e à submissão a ele, com todo o seu corolário de opressão, exploração, manipulação e exclusão. A emancipação, por outro lado, identifica-se com o sonho da independência, que leva ao interesse por tudo que a torna possível ou a causa (ou seja, acrescenta: justiça, liberdade, igualdade, direitos ...).

Uma leitura rápida dessas afirmações parece levar à conclusão de que existem apenas conotações negativas no caso do poder e positivas no caso da emancipação. Mas como a filosofia é sensível a nuances, luzes e sombras, deve-se aceitar, para começar, que possa haver algum poder e emancipação e, acima de tudo, que eles não sejam imutáveis, que deveriam tendo experimentado mudanças ao longo do tempo. Forçando uma reflexão cuidadosa; e, acima de tudo, em contato com a realidade e com mudanças históricas. A dominação, por exemplo, é positiva - como já foi dito nestes dias - no caso da educação, onde a violência que pode ser praticada nos instintos espontâneos das crianças serve para que elas possam ser livres.

Reflexões gerais de natureza filosófica ou social têm sido capazes de orientar a reflexão e a pesquisa concreta sobre o exercício do poder. Os de Thomas Hobbes, Max Weber ou Michel Foucault estão entre os que são especialmente estimulantes e esclarecedores. Como as reflexões de Karl Marx e de outros pensadores do século XX, como Charles Wright Mills, com seus estudos sobre a verdadeira elite do poder no país mais poderoso do mundo.

O poder é exercido de muitas maneiras diferentes: das relações familiares e pessoais, na menor escala, às exercidas no Estado e pelas instituições supranacionais, na escala planetária. Além disso, existem muitos tipos de poder, o que confere ao seu estudo uma grande complexidade. Essa complexidade parece bem expressa em uma piada conhecida que mostra a relação de poder com as diferentes idades do homem: aos 15 anos, o poder da amizade, aos 25 anos, o poder sexual, aos 35 anos, o poder econômico, aos 45 anos. poder político, em 55 poder social, em 65 o poder de urinar.

A piada expressa muito bem a ambiguidade entre o substantivo e o verbo. O primeiro com o significado de (de acordo com o *Dicionário da Royal Academy*): "1 domínio, império, jurisdição da faculdade que é preciso enviar ou executar uma coisa"; um senso relacionado a sinônimos como autoridade, comando, senhorio, governo, poder, energia, força, impulso,

vigor e posse, posse ou posse. O segundo como verbo intransitivo: “1-Acelerou o poder ou poder de fazer uma coisa. 2-Ter facilidade, tempo ou local para fazer alguma coisa”; isto é, poder como a capacidade de fazer algo, ter competência, ter faculdades ou aptidão para algo. Sem dúvida, é o substantivo a que esses dias se referem; um substantivo que dá origem a derivados como poder, poderoso, poderoso, rico, arrogante, poder e outros que expressam as numerosas e diversas dimensões do poder.

Certamente, os filósofos tenderão a considerar esse substantivo de maneira isolada e autônoma. Mas, como bem reflete a piada, no discurso normal o "poder" é frequentemente acompanhado por um adjetivo que o qualifica. Uma consulta temática do catálogo de algumas bibliotecas universitárias produz centenas de resultados de obras cujos títulos aparecem essas diferentes formas de poder: real, político, legislativo, jurídico, judicial, criminal, comercial, econômico, público, privado, redistributivo, poder acadêmico, tributário, feminino, central, periférico, sexual, social ... O que deve ser levado em consideração nestes dias, pois fornece uma ideia clara das diferentes formas de exercício do poder, da complexidade dele. Tanto mais que alguns desses poderes às vezes podem estar intimamente unidos e muitos outros separados. É fácil verificar que o poder econômico e social não necessariamente se une é fácil de verificar em algumas sociedades. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que existem vários outros derivados da expressão 'poder', tais como: capacitar, despovoar e *capacitar*, termos que também devem ser incluídos no debate sobre o poder. Especialmente, os dois últimos como possibilidades de libertação daqueles que estão sujeitos ao poder.

2. Poder no abstrato e exercício do poder em seu contexto histórico.

Tenho a impressão de que os organizadores desses dias e alguns dos participantes pensam no poder de maneira geral e abstrata, não da maneira concreta em que é realizado e em suas circunstâncias específicas; não no poder exercido pessoalmente por indivíduos com certas características psicológicas, talento ou temperamento; não em sua dimensão psicanalítica, na qual intervêm traços da trajetória pessoal e desejos e frustrações inconscientes; não nas alianças e cumplicidades dos grupos funcionais de poder e que se beneficiam dele, ou naqueles apresentados, que podem encontrar algumas vantagens em tal submissão (a segurança na submissão a um senhor feudal, os níveis de consumo em uma sociedade moderna ...). Não houve uma única vez que alguns pudessem gritar: "Viva as correntes!" o que não pode nos surpreender hoje, porque Michel Foucault já mostrou que o poder às vezes alcança aderências e consenso, passa a impor conformidade às relações de

dominação. Algo que os escritores clássicos sabiam perceber muito bem; como ele fez, por exemplo, Jean Racine em sua *Britannicus* quando, referindo-se ao comportamento dos romanos, exclama em um verso bem conhecido:

*Au joug, depuis longtems, ils son son façonnés: Adore
the main qui les tient enchaînés (IV, 4, 1441-1442)*

O que é poder e como ele atua na sociedade tem sido objeto de extensos debates no campo da sociologia, ciência política, geografia e outras disciplinas. Alguns dos debates movem-se imediatamente para o campo da ação humana (de indivíduos, grupos e organismos) e para os fatores que a afetam; e é discutido até que ponto eles são afetados por regras e condições sobre as quais não há (ou pouco) controle. O que imediatamente leva a questões relacionadas à ação individual e coletiva. Se os marxistas estruturalistas como N. Poulantzas consideram que o conceito de poder não deve ser aplicado às relações interindividuais, mas expressam "a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos"³. Alguns debates que afetam várias ciências sociais e que são frequentemente influenciados por posições ideológicas anteriores.

Em sua microfísica do poder, e em outros trabalhos, Michel Foucault nos mostrou como ele age e como ele consegue modelar comportamentos. Ele considerou o poder essencial no funcionamento da sociedade e enfatizou a importância do conjunto de pequenas potências locais, abaixo das grandes, e das múltiplas relações de autoridade, com análise microscópica do nível de detalhe.

Ele chamou a atenção para os numerosos sistemas de poder na esfera social. Ele propôs estudar o poder não tanto na maneira como é exercido de cima para baixo, mas também horizontalmente e em sua aceitação de baixo para cima. Ela atribui grande importância às relações homem-mulher, *famílias que cuidam de família* e todo o grupo familiar, professor-aluno, relações de trabalho, aquelas que ocorrem no mundo da ciência e outras. Todos eles funcionam como "domínios específicos que têm autonomia própria". Em alguns casos, pode ser funcional para a dominação do Estado, como propõe Foucault, mas em outros eles provavelmente têm a ver com a condição humana, com relações sociais ancestrais e precisam de análises antropológicas, sociológicas e históricas.

³ Ver Hoggart 1991, cap. 1

De qualquer forma, falar sobre poder nos obriga a considerar duas dimensões: a dimensão pessoal, trançada com tantos traços do caráter de uma pessoa, e a institucional, o poder que uma instituição exerce a que pertencem os indivíduos (a monarquia, a igreja, a empresa capitalista, o governo ...). As relações interpessoais de poder são o objeto da antropologia, sociologia, psicologia; enquanto as relações sociais são melhor examinadas a partir de ciência política, sociologia ou geografia, entre outras disciplinas.

Na dimensão pessoal, como apontamos, as dimensões fisiológicas, caracterológicas, psicanalíticas ou sociais das pessoas devem ser consideradas. A tendência ao mal, a loucura que pode ser ligada ao exercício do poder, sexo, crueldade, a capacidade de se impor ao terror são todos traços que podem ser inscritos na personalidade ou aparecer em certos limites ou situações normais.

O exercício do poder pode ser apoiado por alianças, mas também é dificultado por conflitos internos no mesmo grupo que o exerce. Os historiadores conduziram análises perspicazes desses conflitos e mostraram sua virulência, as tensões fratricidas ou familiares que geraram e as consequências que poderiam ter para a continuação da influência e poder das famílias aristocráticas⁴. Da mesma forma, hoje encontramos exemplos nas famílias da burguesia industrial, grandes e pequenas. A animosidade entre primos, irmãos e até filhos e pais pode ser muito intensa e às vezes afetar profundamente a operação e o desenvolvimento dos negócios da família.

3. O poder e o *lopintan*.

Lembrando agora outra piada famosa, na qual a ferocidade do leão foi superada pelos *lopintan* (pelo que "o leão não é tão feroz quanto o pintam"), acho que devemos nos perguntar se é tão forte (ou tão poderoso, então monolítico) o poder que eles pintam; se é tão decisivo e imobilizador quanto apresentado, por exemplo, por uma parte dos foucaultianos.

Desde a antiguidade, a literatura nos oferece histórias brilhantes nas quais o poder e a luta para obtê-lo estão muito presentes, onde o confronto com o poder e a desobediência também são comuns, e onde também aparecem os argumentos e estratégias para modular e suavizar o poder, para mudar as decisões dos poderosos. A história que a *Iliada* conta é trançada, a partir da mesma primeira rapsódia, em torno do impulso de poder e desobediência. Agamenon argumenta Nestor, referindo-se a Aquiles: "Este homem quer

⁴ Ver, por exemplo, Terrasa Lozano 2010 e os trabalhos incluídos em Cunha e Hernández Franco 2010.

superar todos os outros; Ele quer que todos dominem, que todos governem, que todos deem ordens”, enquanto Aquiles o confronta: “envie outras pessoas, não me dê ordens, porque não pretendo obedecer a você”. Também vemos Júpiter tomando decisões e Tétis e Hera tentando influenciar sua vontade, disputando o destino dos mortais e promovendo alvoroço entre os deuses, como advertiu Hefesto⁵.

Durante séculos, a literatura teve a função de refletir o poder de ampliá-lo e legitimá-lo, mas também o satirizou e questionou, com base em princípios morais, apesar da censura e da Inquisição. Ele podia dar uma imagem ideal do poder real, mas também lembrava que o poder podia mudar, que era temporário e frágil como o vidro, pois a história mostrava repetidas vezes e lembrava a literatura na Idade Média e no Renascimento:

“Que você mesmo viu muitos
desses tempos passados,
de grandes estados
facilmente derrubados;
que o poder
temporário ventoso
é muito metal febril”⁶.

Às vezes, a literatura era uma apresentação das paixões e misérias do poder, ou do uso de todos os meios para obtê-lo, incluindo o uso do medo, como em alguns dramas e tragédias de Shakespeare ou Racine; frequentemente, também, um lembrete da inconveniência de certos atos dos poderosos, já que “a falta de jeito é acreditar no príncipe que tudo o que ele agrada é lícito”, como alegaram os escritores espanhóis do século XVIII, de Francisco Quevedo a Bartolomé Leonardo de Argensola⁷.

A literatura também penetrou na personalidade do poderoso, ficcional ou real, no caso do romance histórico, e nos permitiu entender, ocasionalmente, algumas características de sua personalidade, o uso e abuso de poder no comportamento de reis e aristocratas, e o senso de justiça que também pode existir em suas ações⁸. Ele também foi capaz de mostrar as relações entre submissão e poder, a aceitação do primeiro por algumas pessoas, o uso da violência física como forma de comunicação, poder patriarcal, machismo. Às vezes, as obras literárias foram capazes de chegar a análises penetrantes do comportamento dos regimes políticos, da

⁵ Uso a versão direta e literal do grego de Luis Segala e Estalella na versão *dallíada* editada pela editora Aguilar (6ª edição, 1960).

⁶ Como lido em um poema do General Songbook de 1511, em Guell 2000. O poema completo, e outros semelhantes, podem ser vistos em *Floresta de antigas rimas castelhanas*, ordenadas por Juan Nicolás Böhl de Faber (Hamburgo 1821, p. 138), em linha.

⁷ Ver vários trabalhos incluídos no Redondo 2000.

⁸ Ver, por exemplo, o excelente conjunto de estudos reunidos por Maldonado Alemán 2005, sobre literatura alemã.

relação entre a personalidade humana e suas características gerais. Eles podem ser significativos, nesse sentido, o romance *Zero e Infinity (Darkness ao meio-dia)* de Arthur Koestler ou, mais recentemente, o estudo de Gitta Sereny sobre "trauma alemão" e o silêncio dos alemães no período. Nazistas e as aceitações e cumplicidades que podem ter ocorrido naquele momento.

A arte de governar é teorizada há séculos e codificada para o uso de governantes. Platão, Aristóteles e outros pensadores gregos refletiram sobre a administração correta da república, elogiaram o desempenho de um poder governado por virtudes morais⁹ e teorizaram sobre revoluções e mudanças na república¹⁰. Desde a era romana (Tácito) até a Renascença e a Era Moderna (Maquiavel, Alamos de Barrientos, Antonio Pérez e outros), existe toda uma tradição de escritos para o uso do príncipe na razão do Estado e na prática do governo, sigilos e as alianças, a atitude com os oficiais e a presença dos poderosos em público. A leitura desses tratados mostra as dificuldades do poder, sua variabilidade, as alianças necessárias para mantê-lo, as regras de prudência para preservá-lo, sendo essa a prudência a virtude essencial mais repetida¹¹.

Não é certo que as declarações afiadas feitas sobre o poder absoluto levem em conta as muitas nuances que existiam - em nosso campo cultural - desde os tempos grego e romano e, mais de perto, desde a Idade Média e o Renascimento, discussões sobre a soberania e o poder absoluto dos príncipes. Hoje existem debates muito interessantes sobre o significado do termo *república* durante a Era Moderna, questão que se tornou um dos principais temas das tendências historiográficas atuais. Sem dúvida, os escritores estavam preocupados com a obediência dos súditos ao poder; mas também pela justiça e pelas limitações do poder de príncipes e governantes em geral.

Veja, por exemplo, *Os Seis Livros da República* (1576) de Jean Bodin. Quando você relê este livro hoje, com a preocupação de ver o que diz sobre poder, fica comprovado que, em geral, defende o poder do rei e a obediência dos súditos. Mas ele também afirma claramente: "Quando digo justiça, quero dizer a prudência de enviar com retidão e integridade" (Prefácio), e critica explicitamente o abuso de poder do rei. Reflexões surpreendentes sobre a submissão de príncipes às leis divinas e naturais, sobre as obrigações de cumprir contratos e acordos com súditos e estrangeiros; sobre o príncipe como devedor da

⁹ Como Platão fez no livro *de leis* VI, Aristóteles defendeu a alternativa entre comando e obediência, que deve ser comum a todos os cidadãos, *política*, livro IV.

¹⁰ Aristóteles, *Política*, livro VIII (Teoria das revoluções).

¹¹ Você pode ver, a título de exemplo, o que eles disseram no século XVI, Escalante (ed. 1975) e Pérez (ed. 1991).

justiça quando se trata de seus próprios atos (livro I, cap. 8); as distinções entre a lei e a lei, a primeira envolvendo apenas equidade, enquanto a lei "carrega um mandamento";

Também são impressionantes as distinções sobre a monarquia, o estado aristocrático e o estado popular (II, 1); sobre a monarquia tirânica, que "abusa da liberdade dos súditos livres como se fossem escravos e propriedade de outros" (II, 4), e sobre o estado popular (II, 7), sobre o Senado, os órgãos sociais e os diretores (III, 1 e ss). A república bem ordenada e o papel de equilíbrio que as empresas e as escolas devem ter nela também são defendidos; e as mudanças na república e nas leis são discutidas, por sua perfeição, sobre a saúde da república, sobre como arbitrar entre as facções e os lados que nela existem, os remédios contra a tirania. A importância dos censos e cadastros também é debatida para conhecer a população e a riqueza e criar uma república mais equilibrada, distribuição equitativa de impostos (VI, 1); meios honestos de obter fundos para a fazenda (VI, 2); o estado popular como a forma mais estimada (VI, 4, p. 209), embora também sejam apontadas suas desvantagens, como as do estado aristocrático, pelas quais Jean Bodin, como outros autores, preferia a monarquia.

A idealização histórica e filosófica sobre poderes benevolentes distantes, no tempo ou no espaço (por exemplo, a valorização da República Romana e o papel do Senado, ou o governo dos imperadores chineses durante o Iluminismo), também foi crítica. ao poder absoluto e seus excessos, bem como a defesa de um sistema de governo guiado pelas luzes da razão. Ao mesmo tempo, a avaliação dos conselhos medievais ou do sistema constitucional inglês também poderia ser usada por filósofos e políticos para questionar o poder real nas monarquias absolutas.

Nos séculos XVIII e XIX, os escritos sobre a república e o estado expandiram seu propósito. A *ciência da polícia* configurou-se como um conhecimento sobre a ordem social e seu controle, estendendo a reflexão à natureza de punições e recompensas, à saúde das populações, seu bem-estar e satisfação, aos hábitos da população, à classificação das pessoas, vigilância, iluminação, transmissão rápida de informações, funções e objetivação de punições. Tudo é colocado a serviço de um poder cada vez mais capaz e onipresente, que aciona novos mecanismos de controle, para tornar a cidade transparente: das novas forças policiais às estatísticas e à retórica do poder ou do trabalho científico. Também a organização do espaço a serviço do controle, que aparece já no século XVI¹², e isso encontra em Jeremy Bentham uma expressão clara, embora não a única¹³.

¹² Na obra de Miguel de Giginta, intitulada *Tratado do remédio dos pobres* (1579), ver Fraile 2005.

¹³ Frei 1987, Requena 2001.

Ao teorizar sobre o panóptico, Bentham sabia que "uma submissão forçada produz gradualmente uma obediência à máquina". Na linha de reflexão aberta por Foucault, Pedro Fraile estudou os instrumentos que o poder usa para moldar a vontade das pessoas e das comunidades submetidas, mostrou que o espaço pode ser organizado para ajudar a moldar comportamentos sociais, testamentos: prisões, hospitais psiquiátricos, hospitais, fábricas ou casas podem ser projetados para esse fim. Seus estudos reforçam a ideia de que o projeto do poder era modelar o espaço para tornar a cidade transparente e, assim, alcançar essas obediências de máquinas¹⁴.

O estudo dos discursos sobre o papel e a função atribuídos às diferentes partes da cidade e seus edifícios nos ilumina sobre as estratégias de poder para o controle social. De particular interesse foi a vigilância e segurança através da organização do aparato policial¹⁵ e da organização dos serviços policiais municipais no século XIX. A cidade pré-industrial era, de certa forma, uma cidade opaca para o poder¹⁶. Desde o século XVIII e durante os oitocentos, o poder se esforça e consegue controlar a rua, tentando diminuir ou evitar usos particulares nela.

É necessária ordem para administrar a cidade liberal e industrial. As Portarias Municipais e a atividade da polícia no novo espaço urbano foram dedicadas a isso, a fim de cumprir os regulamentos que estão sendo publicados. A polícia municipal, em particular, torna-se um agente ativo de informação e intervenção no espaço físico e social da cidade; a partir da primeira metade do século XIX, em alguns lugares, e a partir da metade do século, em outros, "a disciplina de espaços fechados é estendida a toda a cidade" e se torna um fator para a prevenção de desordens e crime, e para ajudar a modelar o uso da cidade. Mas é preciso lembrar que a polícia, como "órgão responsável por garantir a manutenção da ordem pública e a segurança dos cidadãos, *Dictionary of the Academy*), não apenas teve funções repressivas, mas também outras necessárias para regular e ordenar a vida social, para possibilitar a convivência¹⁷.

Na mesma linha, lazarettes¹⁸, albergues de imigrantes¹⁹, organização de colônias industriais²⁰, saúde e higiene social²¹, sociabilidade dos trabalhadores²², política de saúde como profilaxia social²³ e para evitar contágio²⁴, todo planejamento²⁵.

¹⁴ Frade 1990.

¹⁵ Requena 2001 e outras realidades urbanas Clémens-Denys 2001, Dufresne, 2001, Dicaire 2001.

¹⁶ Em expressão de Requena 2001.

¹⁷ Sobre que excelentes contribuições Jesús Requena fez.

¹⁸ Bonastra 2000, 2001 aeb, 2005, 2007, 2008 e 2010.

¹⁹ Capel 2007, Oliva Gerstner 2008.

²⁰ Oliveras Samitier, 1990.

A questão do poder no território, de como o controle é realizado, requer novas perspectivas. É por isso que lançamos um programa de pesquisa, que atualmente trata da questão das formas de dominação e tenta desenvolver um atlas de espaços de controle²⁶.

De outra perspectiva, alguns estudos sobre mapas mentais também podem ser úteis para o conhecimento do poder, especialmente aqueles que abordam questões relacionadas ao simbolismo do poder e à percepção do poder; por exemplo, aqueles que lidaram com as manifestações de poder na cidade, através, por exemplo, da semiologia dos edifícios ou das procissões e dos itinerários reais nas cidades do antigo regime.

A ideia de Max Weber sobre a caracterização do poder é conhecida como a capacidade de obter uma ordem específica a ser obedecida. Uma caracterização que une muitos outros; entre eles, a capacidade de “alcançar determinados objetivos” ou a capacidade de “sair vitorioso de um conflito”, para citar apenas dois que os geógrafos aceitaram²⁷. Sem dúvida, o poder sempre tenta alcançar seus fins, em um nível ou outro, e projeta estratégias para ele; da força, coerção física e medo, aos mecanismos sutis de coerção, persuasão, manipulação e doutrinação.

Com suas estratégias, o poder impõe comportamento. Mas essa afirmação é apenas um ponto de partida para a reflexão, para investigar como isso realmente ocorre e as consequências do exercício do poder. Acima de tudo, porque o poder é diverso e pode ser exercido na esfera política, econômica ou social. Nem todo mundo vai junto. Além disso, quem exerce poder pode ser uma pessoa singular ou coletiva. De qualquer forma, suas decisões e opiniões são impostas a outros interesses e afetam as relações sociais e a organização do próprio espaço.

²¹ Bonastra 1999, Tatjer 2001.

²² Huertas 2001.

²³ Campos 2001.

²⁴ Bonastra 2001.

²⁵ Jori sobre literatura geográfica e controle social, e Fraile 1990 b; mais geralmente, Capel (coord.) 1990.

²⁶ *Projetos Controle de espaço e controle de espaços. Território, cidade e arquitetura na concepção e nas práticas de regulação social na Espanha dos séculos XVII a XIX* (Ministério da Ciência e Inovação / CSO2010-21076-C02-01, pesquisador principal Horacio Capel) e *organização do espaço e controle de indivíduos Cidade e arquitetura no desenho e nas práticas de regulação social na Espanha dos séculos XVII a XIX* (Ministério da Ciência e Inovação / CSO2011-2794, pesquisador principal Pedro Fraile)

²⁷ O primeiro em Johnston, Gregory & Smith 2000, *sub voce* "poder", e o segundo em Taylor 1985. Entre as caracterizações do poder, podemos destacar os de Ferrarotti 1972, o de Mendieta 1969; Joan-Eugeni Sánchez também em sua geografia política dedica atenção ao poder e à obediência.

4. As alianças de poder.

Também devemos reconhecer que o poder não pode ser exercido isoladamente, ele precisa de alianças e apoio. Nas monarquias feudais, essa situação é claramente refletida na fórmula com a qual os nobres de Aragão prestavam homenagem a um novo rei: "Nós, que valem tanto quanto você e todos juntos, valem mais que você". Ou com este outro que afirmou seus privilégios e limitou o poder real: "Nós, que valem tanto quanto você, fazemos de você nosso rei e senhor, desde que você mantenha nossos privilégios e privilégios. E se não, não"²⁸.

O estabelecimento de monarquias absolutas significava uma limitação do poder feudal - e às vezes também de outros, como o das cidades. A criação de capital político e a sedentarização do tribunal foram um instrumento para isso. O poder estava na capital, na corte, mas poderia ser um poder difuso no qual o rei, os aristocratas, suas mulheres, os confessores, a burocracia (os covachuelistas, no palácio real de Madri) intervieram²⁹.

Até os autocratas mais poderosos têm limitações no exercício do poder. Isso ocorre porque qualquer governante precisa do apoio de grupos sociais, dos quais ele não pode dispensar ou opor-se a seus interesses. A necessidade de negociação com outros poderes também foi levantada nas monarquias absolutas, devido à complexidade do exercício do poder, como mostram os recentes estudos históricos. Especificamente, com potências locais e regionais, como mostrado com referência às monarquias absolutas da França e da Espanha durante a Era moderna, com as quais era necessário negociar e alcançar compromissos³⁰.

Como afirmado com referência a Frederico da Prússia, e pode-se dizer de outros monarcas absolutos, os reis pareciam não ter dúvida de que "sua autocracia poderia sujeitar o espírito humano à obediência por uma combinação de força e persuasão"³¹. A obsessão pelo controle veio, na tentativa de controlar até a vida privada de funcionários e funcionários do estado, incluindo a permissão para se casar - que tentava garantir que a família tivesse ativos suficientes para seu apoio e que o Estado não deveria suportar a mulher e os filhos em caso de morte do funcionário³².

²⁸ Quarta Reunião sobre a Justiça de Aragão, Zaragoza, 16 de maio de 2003. Zaragoza: The Justice of Aragon, 2004 254 p., Marongiu 1965, e a contribuição de Giesey 1967.

²⁹ Existem numerosos estudos sobre as cortesias manifestações de poder ao longo da história, por exemplo, as exposições "El potere e lo spazio", sobre a Florença dos Medicis, ou as realizadas na Espanha em Filipe V, Fernando VI ou Carlos III. O congresso sobre o Tribunal na Europa.

³⁰ Beik 2005

³¹ Behrens 1985, p. 39

³² Especialmente de oficiais do exército, Galland Seguela 2003 e 2004.

Mas algum historiador chamou a atenção para o fato de que o absolutismo não era tirania, despotismo nem totalitarismo; considerou-se que o rei era moralmente obrigado, pois tinha que observar as leis de Deus e da natureza, bem como respeitar a dignidade humana, naquilo que era diferente do déspota que exercia um poder arbitrário baseado na força. Essas eram, sem dúvida, declarações retóricas feitas por intelectuais a serviço da realeza, embora pudessem ser repetidas pelo próprio rei (elas aparecem, por exemplo, nas memórias de Luís XIV). Mas eles não deixaram de ter um significado como expressão de uma intenção, que seria refletida em normas concretas e aceita de forma mais ampla.

O poder sempre precisa de servidores. Por muito tempo, pode haver uma confusão geral entre o público e o privado, mesmo na administração; Altas posições políticas da monarquia estavam ligadas a certas famílias nobres, e havia estratégias de promoção social através de carreiras políticas a serviço do rei, bem como uma atitude determinada da parte da nobreza de controlar essas posições e fechá-las a outros grupos de nobres de categoria inferior ou profissionais que se submeteram a processos de ascensão social³³. De qualquer forma, desde o Renascimento e, acima de tudo, o século XVIII está se tornando uma burocracia para o serviço real. As monarquias absolutas tendiam a constituir uma força militar que lhes permitiria resistir aos inimigos e, eventualmente, conquistar outros territórios e aumentar seu poder. Isso e as crescentes necessidades do governo influenciaram fundamentalmente a obsessão pela centralização e organização de um mecanismo administrativo, do Estado, de uma autêntica burocracia a serviço de seus interesses. Porém, também foi observado que essas instituições "não permitiram que os monarcas atingissem o grau de centralização ou obediência que a palavra absolutismo sugere". Descrever um governante como absoluto parece implicar que seu poder não tinha limites. Mas, como um historiador apontou,

O poder do exército para essas funções interiores era limitado, pois, por um lado, não era permanente e, por outro, não podia ocupar todo o território. Em vez disso, a burocracia e os funcionários públicos eram essenciais; mas essa estrutura de funcionários também poderia impor limitações ao poder. Os próprios contemporâneos observaram que mesmo o déspota ou o tirano que essencialmente usava a força "deviam seu poder a uma associação de ambições e interesses dos grupos que percebiam uma vantagem em se aliar a ele"; que teve ainda mais

³³ Podem ser vistos os trabalhos incluídos em Soares de Cunha e Hernández Franco (orgs) 2010, sobre a situação em Portugal e Espanha durante o período dos Habsburgos e após a restauração portuguesa do Braganza em 1640.

significado no caso dos monarcas absolutos que, como costumavam declarar, se distinguiram dos déspotas em sua vontade de respeitar as leis de Deus e da natureza³⁴.

O papel dessas estruturas burocráticas criadas principalmente a serviço do Estado - e que também se aplicaria, nos tempos contemporâneos, a outras organizações, incluindo empresas - foi examinado por Max Weber e outros sociólogos, que mostraram o desenvolvimento de um processo que leva "da prerrogativa pessoal às funções racionais coletivas", usando o título de um livro de Franco Ferrarotti.

A tudo isso foram acrescentadas as demandas que estavam se espalhando, primeiro no campo da teoria política e depois em áreas mais amplas, sobre a necessidade de atender à felicidade dos sujeitos. Foi teorizado por teólogos, juristas e políticos desde o século XVI (na Espanha, por Francisco de Vitória ou Fernando Vázquez de Menchaca) e também seria considerado mais tarde um objetivo primário do Estado; Isso resultaria na implementação de políticas de saúde, alívio aos pobres, atenção à agricultura e outras preocupações sobre medidas que poderiam contribuir para a felicidade do povo e da monarquia. O que se tornaria ainda mais premente com a constituição de estados liberais nos tempos contemporâneos.

5. Poder e bem comum no estado liberal.

A construção dos estados liberais foi complexa e prolongada. Muitos lutaram para controlar sua fundação e desenvolvimento; e é muito possível que os grupos sociais mais poderosos tenham sido capazes de construir e controlar o aparato estatal pensando principalmente para seu próprio benefício. Mas, mesmo assim, os novos termos que a nova realidade política impôs (pessoas, cidadãos, soberania popular ...) se espalharam rapidamente e tiveram consequências extraordinárias e profundamente renovadoras.

Há muitos exemplos que podem ser dados do papel principal das oligarquias na independência dos países latino-americanos. Embora repetidamente o 'povo' fosse aludido a elaborar declarações, proclamações e discursos emancipatórios, na realidade essa expressão tinha um significado ambíguo, às vezes designando um grupo político independente e soberano, e às vezes diretamente aos proprietários. Um ponto de vista deste último muito bem expresso por um autor no *Semanal de Caracas* em 1810:

Em um sentido mais adequado e rigoroso, a voz do Povo inclui aqueles que, possuindo propriedades e residências, estão interessados neles na

³⁴ Sobre tudo isso, ver Bherens 1985, cap. II e Parte II, I, ("As tarefas das burocracias na França e em Prússia e as circunstâncias condicionantes, p. 41 e segs.

propriedade do público, uma vez que aqueles que nada têm querem apenas variações ou inovações para conseguir uma combinação favorável. Em uma República ou Reyno bem organizada, são os proprietários que compõem o povo soberano: eles que devem formar as leis; e quem os executa ou cuida de sua execução imediatamente³⁵.

Mas essa interpretação restritiva não era o único significado reconhecido, uma vez que o termo era associado na maioria dos casos a 'nação', 'soberania', 'representação' e outros que lhe davam um conteúdo muito diferente, muito mais amplo e abrangente. , às vezes profundamente revolucionário. Nos mesmos países, algumas constituições estabeleceram o sufrágio universal sem a condição de proprietário ou locatário - embora o de um homem livre, o que é significativo em uma sociedade que continuou sendo escrava³⁶.

De fato, no século XIX, com a criação de estados liberais democráticos, a natureza do poder mudou. A fonte da legitimidade tornou-se soberania popular e surgiram novas estruturas de poder político, novos processos de organização territorial e socialização. O poder adquiriu um caráter institucional mais preciso do que em épocas anteriores, e agora está sujeito - embora teoricamente - a normas legais aprovadas democraticamente e de caráter público. Os habitantes se tornam sujeitos dos cidadãos: embora fosse uma retórica simples, e em parte é, é a inovação que não deixou de ter um grande significado.

Desde a introdução do regime liberal, a natureza do poder não pode ser entendida sem levar em conta o estabelecimento do parlamentarismo, a generalização de um sistema judicial independente, a extensão do direito de voto, a criação de sindicatos e outras associações civis que possam agir publicamente como um contrapeso ao poder. O surgimento da opinião pública foi essencial para muitas coisas mudarem no exercício do poder.

Os processos políticos e econômicos desenvolvidos desde o início do século XIX são extremamente relevantes para a configuração do mundo de hoje. Acreditamos que é necessário realizar novos estudos sobre a organização e operação do Estado³⁷ e,

³⁵ MJ Sanz. *Política Semanal de Caracas*, 9 de dezembro de 1810, nº 6, p. 41-47. Citado por Silva Beaugard 2011, p. 62

³⁶ É o caso da constituição provincial de Mérida, citada por Silva Beaugard 2011.

³⁷ No Departamento de Geografia Humana, várias teses de doutorado abordaram, de uma maneira ou de outra, a questão do poder e do funcionamento do Estado. Vale mencionar, em particular, as teses de doutorado de Joan Eugeni Sanchez Pérez: *Formação social e espaço na Catalunha contemporânea (1936-1975)*, 1983; Pedro Fraile e Pérez de Mendiguren: *um espaço para punir. Ciência de prisões e prisões na Espanha, séculos 18 a 19*, 1985; Francesc Nadal Piqué: *Política territorial e anexos de municípios urbanos da Espanha (séculos XIX e XX)*, 1985; Lia Osorio Machado: *Mitos e realidades da Amazônia brasileira: a ideologia geopolítica e estratégias espaciais dos grupos dominantes*, 1989; Muro Morales, José Ignacio: *pensamento militar sobre o território na Espanha contemporânea*, 1990; Muñoz Corbalán, Juan Miguel: *O trabalho profissional dos engenheiros militares "Bourbon", da Flandres à Espanha (1691-1718)*. Treinamento e desenvolvimento de uma nova arquitetura moderna na Catalunha, 1990; Vazquez Rial, Horacio. *Idéias sobre a população do Rio da Prata na era contemporânea*, 1991; Hevilla Gallardo, Cristina. *A configuração da fronteira centro-oeste no processo de*

principalmente, conhecer e discutir, em escala internacional comparativa, o exercício do poder, o funcionamento efetivo das instituições³⁸ e em processos da socialização que tentava criar cidadãos através de um sistema educacional para todos, bem como na organização territorial das estruturas administrativas.

Precisamos considerar os estudos que existem sobre o exercício do poder em espaços específicos, da cidade ao império como um todo; realizar análises das dimensões territoriais específicas através das quais se materializa para poder exercer: redes de comunicações (estradas com todos os seus acessórios - pontes, vendas ...), portos, correios e sistemas de correios. E depois o telégrafo óptico, o telégrafo elétrico, o telefone e hoje o controle das tecnologias da informação e comunicação.

Agora não é hora de fazê-lo. Basta salientar que a geografia presta atenção ao poder há muito tempo, especialmente nas linhas da geopolítica e da geografia política, e nas últimas décadas com pesquisas especificamente dedicadas ao poder e ao espaço³⁹. Em particular, precisamos discutir, com referência a situações históricas concretas, a questão da independência política e construção dos estados nacionais e, em particular, o exercício do poder, e os processos de territorialização e socialização que vêm ocorrendo em vários contextos durante o período. Séculos 19 e 20⁴⁰.

6. Geografia e poder.

As questões de poder e dominação se interessaram diretamente pela geografia nas últimas duas décadas. Existe, como é sabido, uma longa tradição de reflexão sobre o poder na geografia, especialmente no contexto do que foi descrito, desde o final do século XIX, primeiro como geopolítica e, posteriormente, como geografia política.

O antigo ramo da geopolítica permaneceu interessante até hoje e lidou com fronteiras, estados, nações e nacionalidades⁴¹. A geografia política, por sua vez, ampliou o horizonte da pesquisa, interessada na estrutura do estado, organização administrativa, eleições, poder no

constituição do Estado argentino (1850-1902), 2001; Oliva Gestner, Laura. *A ideia da Argentina. Concertos territoriais e invenção do espaço nacional argentino, séculos XIX-XX*, 2011.

³⁸ Em que Eliseu Toscas e Santamans 1997, 2008 a, bec, 2011, e Eliseu Toscas e Ferran Ayala 2002 e 2003 insistiram nos últimos anos.

³⁹ Você pode ver, por exemplo, os trabalhos de Miossec 1972, Claval 1976 e 1982, Raffestin 1979, Sánchez-Pérez 1979 e 1081, Nadal Piqué 1982, 1982-83 e 1995, Raffestin e Turo 1984, Raffestin e Barampan 1990.

⁴⁰ É o assunto que será abordado no XII Colóquio Internacional de Geocrítica, dedicado à “*Independência política e construção de estados nacionais: exercício do poder e processos de territorialização e socialização, séculos XIX e XX*”, a ser realizado em Bogotá em maio. de 2012 [O processo pode ser visto em <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas.htm>>].

⁴¹ Coast 1992.

nível internacional e no nível local em regimes democráticos, políticas locais, e outras questões de grande importância para o funcionamento das unidades estaduais. Também ao exame das relações entre geografia e política e a influência da primeira sobre a segunda, ou o impacto das decisões políticas nos padrões de organização espacial⁴².

Na geografia, na década de 1980, a questão do poder e a da dominação também foram abertamente levantadas⁴³. Questões como " *espace et pouvoir* ", " *espace et domination* " e " *spazio e potere* ", "power and space" apareceram naqueles anos na pesquisa geográfica. Foi dada atenção às fontes do poder político das nações e às razões da luta para obter territórios⁴⁴, bem como ao poder e organização interna dos Estados.

A imagem que é tirada ao examinar o trabalho da geopolítica e da geografia política é que o poder tem meios cada vez mais poderosos à sua disposição e que os utiliza de maneira consciente e decisiva. Os meios de ação aumentaram no século XIX, com a organização de redes técnicas urbanas e sistemas de comunicação, desde os correios e correio até o telégrafo e telefone.

O poder sempre esteve muito ciente da importância de todos esses meios para ter conhecimento instantâneo e poder transmitir ordens instantaneamente. A instalação dos sistemas postais, da rede de telégrafo óptico e, posteriormente, da elétrica, permitiu avanços consideráveis nesse sentido. Os autores da lei espanhola de 1851 já tinham plena consciência do que a rede telegráfica do estado realmente representava. Os objetivos eram muito claros:

“Saiba quase instantaneamente tudo o que acontece nos pontos mais distantes do seu centro de ação; ser capaz de agir imediatamente sobre eles; impedir, direcionar, incentivar ou sufocar, o quanto antes, todos os eventos verificados no bem ou no mal do país; atenda às necessidades mais prementes, proteja as fronteiras; dar às relações administrativas e diplomáticas a prontidão da vontade; aqui está o grande objeto, a alta função confiada à telegrafia elétrica”⁴⁵.

De meados do século XIX a meados do século XX, esses meios de controle vêm aumentando de maneira formidável, ou seja, instilam espanto e medo. Atualmente, os instrumentos técnicos disponíveis, de satélites a câmeras de vigilância por vídeo e controle

⁴² Alguns dos que apontam para essas questões são Prescott 1972, Taylor 1985, Pacione (ed.) 1985.

⁴³ Por exemplo, em trabalhos como Paul Claval (1978 e ss), Claude Raffestin (1978, 1998), Claude Bataillon (1977), Jean Marie Miossec (1976), D'Aquino (2002) e outros; um exame de algumas dessas contribuições em Sánchez Pérez 1981, p. 10-15, Nadal 1982-83; Robic 2006. Ver também os citados por Sánchez Pérez 1981.

⁴⁴ Slowe 1990.

⁴⁵ Parecer da [Comissão](#) sobre o projeto de lei sobre um sistema completo de telégrafos elétricos, *Journal of the Courts*, legislatura 1854-56, sexto apêndice ao no 113, p. 3,209; em Capel e Tatjer 1991-94, vol. II, p. 26)

por computador, estão possibilitando a vigilância total, o panóptico universal. A tal ponto que desde o final do século passado já se fala em público sobre o fim da privacidade⁴⁶.

Pode-se aceitar que hoje os meios de comunicação de massa moldam idéias e atitudes e influenciam claramente as vontades. Parece que não há escapatória. Mas precisamos saber mais sobre tudo isso. Seria terrível se houvesse apenas um poder e não houvesse contrapoderes. Mas, pensando no mundo de hoje, também podemos defender que o poder está cada vez menos concentrado, que está se espalhando e que há cada vez mais contrapoderes. Ou seja, para ficar claro e transmitir uma mensagem otimista: existe capacidade de resistência em todas as escalas.

A geografia política lidou com a distribuição geográfica do poder, as relações de poder entre os estados, como se concentra e como se move ao longo do tempo de um lugar para outro⁴⁷. Em escala mundial e em uma ampla perspectiva histórica, deve-se lembrar que houve uma sucessão de poderes hegemônicos na história. A tensão de alguns estados em alcançar uma posição de domínio sobre outros é uma característica da história política mundial. A perspectiva geográfica mais específica seria estabelecer como o poder é exercido no território, em diferentes escalas, levando em consideração que um aspecto essencial desse domínio é territorial, para obter o controle de amplos recursos e a própria segurança; o que um exército exige como garantia da soberania nacional e uma boa rede de comunicações. As perguntas sobre a natureza e as causas desse impulso à dominação levaram a analisar aquelas ligadas à ambição política, religião, militarismo e ganância⁴⁸.

Desde a década de 1980, foram feitas tentativas para superar a visão tradicionalmente eurocêntrica que a geografia política clássica possuía e passamos a analisar o que, seguindo Immanuel Wallerstein, era descrito como sistemas mundiais⁴⁹.

Após a Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido um sistema bipolar, que durou até o colapso da URSS em 1991. Durante os últimos vinte anos, o poder hegemônico mundial foi exercido pelos Estados Unidos, mas não é certo que sua posição seja garantida⁵⁰. Fala-se hoje de um sistema emergente de multipolaridade e vários pretendentes à hegemonia⁵¹. Questões

⁴⁶ Whitacker 1999.

⁴⁷ Agnew 2002, p. IX

⁴⁸ Parker 1988, cap. 1

⁴⁹ Taylor 1985, Taylor & Flint 2002.

⁵⁰ Harvey (2003, cap. 2) examinou as dificuldades dos Estados Unidos em manter seu poder e sua hegemonia em todo o mundo. Essa preocupação e a necessidade de garantir a supremacia americana inspiram o livro de Zbigniew Brzezinski (1998), professor da Universidade de Columbia e consultor de segurança do presidente Carter.

⁵¹ Agnew e Corbridge 1995, cap. 6 p. 131 ss. Essa tendência foi percebida desde o início dos anos 80, como pode ser visto no Short 1982, cap. 2 (“Rumo a um mundo multipolar”).

como o que a torna uma grande potência ou uma potencial hegemonia e sob quais condições do mundo são debatidas na geografia política; bem como o surgimento de grandes potências hegemônicas mundiais e as condições da Rússia, China, Japão, União Europeia e outras. Alguns consideram que o poder das potências é simultaneamente questionado pela emergência e crescente força de estruturas supranacionais (da ONU ao FMI e ao Banco Mundial, à OCDE e outras), que têm uma influência crescente na política econômica e social da Estados e na geopolítica mundial, estabelecendo normas que afetam muitos países em geral. Também pode estar sendo questionado pelos processos de globalização e fragmentação⁵².

Políticas e discursos neoliberais levaram à desregulamentação e questionamento dos estados. A economia financeira chegou a funcionar algumas vezes, nas últimas três décadas, independentemente do poder político. Poder e hegemonia são feitos com tudo isso mais difuso, mais multilateral, com comunidades transnacionais difíceis de controlar por um único Estado. Mas com a crise econômica algumas coisas parecem mudar. A importância da regulação estatal e a necessidade de mudanças na estrutura de poder agora são insistidas novamente.

Na década de 1990, algumas obras geopolíticas continuaram prestando atenção a questões clássicas, como a formação e funcionamento do Estado, colonialismo e pós-colonialismo e estruturas de poder em nível global ou internacional ou de blocos geopolíticos existentes. Tentar responder à pergunta de quem tem o poder nas superpotências, quem finalmente na OTAN e em outras estruturas multinacionais, mostra a grande complexidade da cadeia de tomada de decisões⁵³. Também examina como tudo isso afeta as estruturas do poder político nos níveis global, estadual, regional e local.

O trabalho geográfico insistiu na importância do poder global, nas Nações Unidas, em suas agências e em conferências internacionais e, embora ainda existam países com direitos de veto no Conselho de Segurança, o significado da Assembleia Geral é grande. o que dá visibilidade aos pequenos países e às vezes pode impor decisões à pressão coletiva. Também vale lembrar que os mais fortes nem sempre vencem, como sugere a história bíblica de Davi e Golias, e nos mostram tantos eventos históricos, um dos quais recentes e especialmente significativos: o resultado do conflito entre o Vietnã e os Estados Unidos.

⁵² Agnew e Corbridge 1995, p. 7)

⁵³ Farrington 1989.

De especial interesse foi o exame do poder e da dominação, da perspectiva de uma geografia marxista⁵⁴. Nessa linha, devem ser colocadas as obras de um geógrafo de Barcelona, Joan-Eugeni Sánchez Pérez, entre as quais seu livro *Geografia e o espaço social do poderem* que ele fez uma análise ambiciosa dele como um articulador do espaço. Ele acredita que o poder é uma abstração que se manifesta através de mecanismos que afetam o espaço e o modelam. Sánchez analisou os mecanismos que considera básicos na reprodução e transmissão do poder, considerando que o espaço é condicionado e moldado pela divisão social do trabalho e pelas relações sociais e técnicas. O poder seria a variável social determinante e o espaço “a estrutura total das relações de poder, o apoio às relações de produção e sua distribuição e o cenário de movimentos e fatores sociais”⁵⁵.

A expansão territorial começaria quando o poder desenvolvesse suficientemente a exploração do espaço em que está localizado e necessitasse de novos recursos para aumentar seu poder. A guerra seria a expressão do conflito sobre a apropriação do espaço e de seus recursos. Ele acredita que historicamente sempre houve três grupos sociais, os dominados, os dominantes e os intermediários, que garantem a dominação, e que “tem uma inclinação de repressão física e outra de repressão cultural, modeladora e criadora de normas ideológicas justificativas do tipo humano e sobrenatural - religioso, mítico, etc. - cujo objetivo final é a legitimação do poder. Esse processo leva ao desejo de aumentar o poder daqueles que conseguiram atingir esse nível”⁵⁶.

O Estado está sendo construído com políticas econômicas e sociais que buscam centralização e engrandecimento. A preocupação com a saúde da população tem a ver, às vezes, com esse desejo de expandir o crescimento da população para ampliar o Estado⁵⁷. Desde o século XVIII, políticas de saúde foram implementadas para preservar e melhorar o poder do Estado. Tem também a ver com o objetivo de estabelecer uma boa ordem na república, de preservar a saúde da população.

Os grupos sociais que compõem o mundo hoje têm identidades e lealdades muito diversas, o que pode dificultar o controle do poder político. De qualquer forma, exige novas pesquisas sobre como o poder é exercido, ou poderes, que atuam sobre ele. Pode-se afirmar que hoje o poder está mais dividido e fragmentado do que nunca no passado, às vezes com

⁵⁴ Raffestin 1985.

⁵⁵ Sánchez Pérez 1981, p. 25-35.

⁵⁶ Sánchez Pérez 1990. Posteriormente, ele continuou com essa reflexão em seus livros, *Space, Economy and Society*, (1991) e em *Political Geography* (1992).

⁵⁷ Ao qual dedica sua tese de doutorado, Gerard Jori García, intitulada *Higiene, saúde pública e controle do ambiente urbano na Espanha moderna. As contribuições do pensamento médico para o planejamento e gestão da cidade* [seriam apresentadas em 2012].

tensões contrárias, pouco compatíveis entre si. Também será necessário distinguir cuidadosamente entre as diferentes esferas em que o poder é exercido (político, econômico, social, religioso ...) e analise como ele age em cada um deles.

7. Poder nos estados nacionais.

Muitos parecem aceitar que o Estado é um instrumento a serviço da classe dominante, como tem sido repetidamente defendido. Sem dúvida, em apoio a esta tese, existem numerosos exemplos, e a criação de nações americanas independentes no século XIX os fornece abundantemente; É o caso, entre outros, da Argentina, criada pela oligarquia do antigo vice-reinado de La Plata⁵⁸.

Nos estados democráticos contemporâneos, mudanças na estrutura do poder político são aceitas e podem ser feitas como resultado das eleições. Nos estados ditatoriais, a mudança de poder pode ser traumática. Isso aconteceu com frequência no passado, e também no presente, como mostram as recentes transições políticas nos países islâmicos.

Foi o fascismo que herdou o fascínio pelo poder total das monarquias absolutas. Antes, a fonte de poder era Deus: no fascismo ser o estado, sustentado pelo pensamento mítico. Foi isso que Ernst Cassirer considerou, observando que o aspecto mais proeminente do desenvolvimento do pensamento moderno entre as duas guerras mundiais foi "o surgimento de um novo poder: o poder do pensamento mítico", que desloca o racional em alguns dos sistemas políticos modernos. Ele denunciou a irracionalidade introduzida na ação política: "na vida prática e social do homem, a derrota do pensamento racional parece ser completa e irrevogável"⁵⁹. O livro *O mito do Estado*, no qual ele defende essas ideias, é escrito em 1940, sem dúvida (como o *Faustus*, de Thomas Mann), sob o impacto de tudo o que havia acabado de acontecer e estava acontecendo na Alemanha

É possível que a filosofia seja crítica ao poder; Pelo menos é o que professam aqueles que organizam essas conferências. Mas devemos lembrar que também ajudou a teorizá-la, como Cassirer e outros nos mostraram. Não foi um filósofo, Hegel, que falou da "verdade que eles residem no poder"?, Aquele que defendeu que é "o interesse particular do Estado que importa acima de tudo"?, Aquele que escreveu isso "ao conceber o Estado não deveria pensar em estados particulares, mas contemplar apenas a *Ideia* : Deus como real na Terra ”; E não foi

⁵⁸ Oliva Gerstner 2011.

⁵⁹ Cassirer 1946, ed. 1974, p. 8)

Hegel quem, com tudo isso, abriu o caminho - mesmo que não fosse desejado - para o estado totalitário do fascismo e do comunismo soviético?⁶⁰.

A ideia de que o poder está cada vez mais concentrado em menos mãos é amplamente aceita. Mas é impossível aceitá-lo. Apesar do que às vezes é simplisticamente defendido, é provável que o poder esteja mais dividido do que no passado. É mais complexo. Nunca houve tantas sedes de poder diverso e nunca houve tanta população, tanta cultura e informação. É impossível que o aumento da cultura esteja ligado ao aumento da dominação. Sem dúvida, existem formas sutis de dominação, mas a informação é extensa e, se as pessoas a enviam, é porque esperam benefícios.

Também existem relações entre o movimento de ideias e o movimento da economia e da sociedade.

8. Poder local, institucionalismo e neoinstitucionalismo.

Da organização do Estado liberal, os grupos que vieram a controlá-lo exerceram seu poder através de vários mecanismos. Um deles era o da organização territorial, construindo o mapa administrativo do Estado, do nível central ao provincial e municipal.

Uma característica comum das reformas era a homogeneidade territorial, dadas as desigualdades e os privilégios espaciais ou sociais do Antigo Regime.

A divisão provincial e a municipal foram essenciais, mas não as únicas: também foram feitas divisões para a administração da justiça (tribunais, audiências provinciais ...), para a organização militar (governos militares e capitães em geral), para a fazenda, para a Igreja⁶¹.

Também houve resistências e mudanças em todos os níveis. No município com o aparecimento de movimentos municipais, no provincial com regionalismo. Francesc Nadal, que estudou magistralmente esses processos, também insistiu na transcendência e autonomia do fator "territorial", uma vez que a estrutura espacial, uma vez estabelecida, oferece resistência à transformação e gera conflitos; Também demonstrou a necessidade da análise de estratégias territoriais “dos diferentes grupos políticos e intelectuais que controlam o Estado, bem como daqueles que buscam interromper ou mitigar sua ação” (grupos regionalistas e nacionalistas) com base nas estratégias de poder enfrentadas pelos estrutura centralizada⁶². O estudo de alternativas regionalistas conservadoras contra o modelo liberal centralizado

⁶⁰ Ver Cassirer *O mito do Estado*, ("The theory of the State in Hegel", p. 311-327).

⁶¹ Capel e Clusa 1985.

⁶² Nadal Piqué, 1987, 1990.

oferece grande interesse, bem como a conversão do regionalismo em nacionalismo a partir da ampliação da existência de especificidades e diferenças (econômicas, religiosas, linguísticas ...), que podem construir identidades.

As resistências ao poder central também surgiram no âmbito dos municípios, principalmente das cidades mais dinâmicas. No final do século XIX, houve um desenvolvimento de sentimentos municipais em relação ao centralismo e à uniformidade do Estado, estimulados pelos novos problemas enfrentados pelas grandes cidades, em termos de serviços públicos necessários. Esse sentimento de autonomia municipal poderia ser sustentado por poderosas correntes intelectuais, incluindo pesquisas históricas⁶³.

Os processos de anexação de municípios periféricos a algumas grandes cidades, ocorridos no último quartel dos oitocentos e início do século XX, não foram isentos de conflitos. É o caso de Barcelona, com esforços para anexar os municípios periféricos do Llano, liderados pela burguesia conservadora de Barcelona, realizada desde 1876. Alguns empresários industriais e representantes da burguesia conservadora estavam preocupados com o risco que essas anexações poderiam ter quando eles integraram municípios operários, aumentando a força dos trabalhadores e elementos revolucionários no governo da cidade. A essas relutâncias se juntaram as da burguesia local dos municípios periféricos, dado o risco de que, com a anexação, eles poderiam perder poder e influência na frente dos grupos dominantes na cidade anexa. O processo, por outro lado, foi apoiado pelos proprietários de terras, que viram seu valor da terra aumentar⁶⁴.

O poder local e a organização municipal têm sido objeto de estudos valiosos de historiadores e geógrafos. Os primeiros insistiram na complexidade do problema do exercício do poder local⁶⁵. Por sua vez, os geógrafos também estudaram poder municipal e espaço urbano, competências territoriais e de desenvolvimento urbano do município liberal na Espanha e o papel do poder municipal no planejamento do território e, especialmente, no planejamento da cidade⁶⁶.

⁶³ Sánchez de Juan 2001, revisão bibliográfica na *Biblio3W* No. 345, 2002.

⁶⁴ Como escreveu Francesc Nadal Piqué, ele fez uma análise lúcida desse processo "depois que a primeira fase das anexações foi concluída, em 1897," com o decreto de anexações, a burguesia de Barcelona possuía um importante instrumento para cidade e impor seu modelo territorial concentrado e centralista, desprezando qualquer possibilidade de construí-la a partir de critérios mais descentralizados", o que daria mais possibilidades à burguesia local dos municípios anexos Nadal Piqué 1985, p. 88. A citação sobre as preocupações geradas pela possível associação dos elementos revolucionários na p. 25-28.

⁶⁵ Como foi mostrado, entre outros, Eliseu Toscas i Santamans e Ferran Ayala, cit. na nota 37.

⁶⁶ Nadal Piqué, 1981 e no livro *burguês, burocratas e território. Política territorial na Espanha do século XIX*, 1987.

A questão de quem governa realmente foi levantada repetidamente durante o último meio século. Um debate recente sobre esta questão levantou mais uma vez a questão do poder e as possibilidades de introduzir reformas através da lei e do parlamento em um estado democrático⁶⁷.

Com referência à situação francesa, observou-se que as formas tradicionais de governo estão em crise, novas formas surgiram e os atores presentes no cenário e nas práticas políticas se multiplicaram. Estima-se que o surto do cenário político tenha ocorrido e que o exercício do governo e da autoridade enfrenta hoje situações difíceis de lidar. Há também o problema da coesão do poder em todas as suas dimensões, do poder econômico ao político e profissional. As ideias de governança implicam a aceitação da necessidade de chegar a acordo sobre decisões e políticas com diversos grupos, públicos e privados, o que aumenta a necessidade de negociação e o número de pessoas que participam, ao mesmo tempo - foi dito - “policentrismo social ou cultural não cessa de se desenvolver”⁶⁸, o que também pode ser verificado em outros países.

Sem dúvida, também foi escrito, que não significa "que a dominação desapareceu ou que poder político é uma palavra vã"⁶⁹. Mas a multiplicação dos movimentos de protesto e sua visibilidade pública afeta cada vez mais o exercício do poder.

O problema da relação entre política e tecnocracia é especialmente importante. A recente crise econômica levou à constituição de governos formados essencialmente por técnicos (na Grécia e, sobretudo, na Itália), que foi interpretada como um triunfo da tecnocracia sobre a política. É possível; mas é um debate que exige maior precisão e em que diferentes perspectivas devem ser consideradas. Existem poucas interpretações feitas em anos anteriores sobre o fim da tecnocracia. O que foi chamado de classe tecnocrática tradicional é incapaz de novas situações. Se antes os tecnocratas eram valorizados pela gestão do conhecimento e pela importância de seu poder, hoje é questionado: “os tecnocratas decidem tudo⁷⁰; as decisões escapam, são tomadas a nível europeu.

Vimos que, desde o estabelecimento de estados liberais, o poder não é mais absoluto, deve ser explicado e confrontado, e contar cada vez mais com a opinião pública. Os políticos são arrogantes quando têm poder, mas temem protestos em geral. É observado em inúmeras

⁶⁷ Garnier 2011, Capel 2011; outras reações em Jori e Capel (eds) 2011.

⁶⁸ Rouban 1998, p. 109-110.

⁶⁹ Rouban 1998.

⁷⁰ Rouban 1998.

situações. Até os políticos que foram questionados pelo movimento 15 M são rápidos em levar suas reivindicações em consideração⁷¹.

Começa a ser dada atenção às geografias dos movimentos sociais, que têm objetivos políticos e que, às vezes, claramente têm vontade de se tornar contrapoderes e, às vezes, alcançam-no (movimentos trabalhistas, nacionalistas, ambientais e ambientais, pacifistas, feministas, organizações não-raciais, não-governamentais, grupos de informação da mídia ...) ⁷². De qualquer forma, hoje é possível imaginar a possibilidade de redes globais conectadas por novas tecnologias da informação e compartilhar objetivos políticos; sua eficácia está começando a ser vista na realidade, internacional e nacionalmente e localmente. O significado de tudo isso é observado na atenção dada às chamadas novas formas de governança, novas instituições, *empoderamento* das comunidades ou estruturas supranacionais e transnacionais. O conflito entre relações e redes mundiais e identidades culturais localmente enraizadas também tem significado para a estrutura de poder.

O poder do Estado hoje sofre com a concorrência concorrente de grupos criminosos organizados internacionalmente, independentemente do poder institucional, de drogas, tráfico de pessoas, pirataria, seitas religiosas ou ameaças cibernéticas⁷³. Atualmente, discursos e notícias sobre as ameaças de grupos terroristas que podem ter estruturas transnacionais como a Al Qaeda não podem ser ignorados.

A importância do quadro institucional deve ser enfatizada. É através dele, agindo sobre ele, que as relações de poder são estabelecidas. Mas a mesma estrutura é o resultado das relações de poder entre os grupos sociais que a elaboram. Hoje, é dada uma atenção crescente ao chamado poder não institucional e ao surgimento de inovações sociais que envolvem novos tipos de instituições, o que geralmente é chamado de neoinstitucionalismo. Precisamos prestar atenção a tudo isso e ao seu sucesso no controle total das ideias neoliberais.

9. O exercício do poder nas empresas capitalistas.

De qualquer forma, pode ser que o poder não se manifeste manifestamente nas sociedades sujeitas ao consumismo, às regras do capitalismo. A globalização econômica e a

⁷¹ “Pisca para um 15-M que realmente se preocupa. Políticos e sindicatos abordam as propostas dos indignados, mas desconfiam deles e prevêm pouca influência eleitoral ”(Pilar Álvarez), *El País*, 11 de novembro de 2001, p. 38-39.

⁷² Por exemplo, Painter 1995. Essas questões, como a atenção geral ao meio ambiente local, começaram a aparecer na geografia no início dos anos 80, Short 1982, cap. 6

⁷³ Ver Chauperade 2007, Septième partie: “L'État concurrenté); um livro escrito para os oficiais dos distintos exércitos franceses por um médico em ciências políticas que ensina geopolítica.

interdependência incluem várias formas de exercício extra-estatal do poder; existem novas formas de dependência e interferência, como a intervenção de empresas multinacionais e transnacionais. É interessante, em particular, o exercício do poder nas empresas capitalistas, o problema do poder nesses grandes conglomerados financeiros e técnicos, o papel desempenhado por pessoas específicas.

Em algumas descrições, o capital se torna autônomo e ampliado, a ponto de se tornar independente das pessoas; Falamos sobre a lógica do capital, a evolução do capital. Mas o poder é personalizado, são as pessoas que o possuem e tomam as decisões fundamentais, por exemplo, sobre onde é investido.

Na estrutura tradicional, os proprietários gerenciam diretamente a empresa. Hoje ainda persiste em alguns lugares, por exemplo, na Índia, onde se pode falar sobre a natureza dinástica dos grandes capitães da indústria, que atingem a quarta e quinta geração enquanto mantêm firmemente o poder nas empresas⁷⁴.

Alguns autores, incluindo Alfred D. Chandler em seus livros sugestivos sobre a dinâmica do capitalismo industrial e a revolução da administração na indústria norte-americana⁷⁵, revelaram a importância das mudanças que ocorreram por volta de 1880 na administração de empresas, e o crescente poder dos gerentes e gerentes contratados, em comparação com o papel tradicional dos proprietários. Graças a isso, muitas empresas conseguiram alcançar uma nova dinâmica de expansão e lidar com os processos de organização em massa e venda de produtos.

Existem também inúmeras situações de perda de energia. Empresários e financiadores têm imenso poder, mas podem perdê-lo. O estudo de empresas e empresas mostra isso; na Espanha, o marquês de Salamanca, ou no Brasil, o barão de Mauá são exemplos significativos⁷⁶. Também os financistas e técnicos canadenses e norte-americanos que lançaram a Brazilian Traction e a Barcelona Traction, e que perderam o controle de suas empresas⁷⁷.

A localização dos poderes de tomada de decisão em todo o mundo levou a inúmeras análises, começando pelas realizadas no nível dos poderes nacionais⁷⁸. A tomada de decisão global está concentrada, como já foi dito, em algumas grandes cidades dos países desenvolvidos, devido ao agrupamento de grandes empresas multinacionais, serviços

⁷⁴ *The Economist*, 22 de outubro de 2011, Business Report Especial na Índia. Aventuras no capitalismo, p. 3-5.

⁷⁵ Chandler 1990, ed. 1996; e Chandler 1977, ed. 1988. Sobre este autor, Arroyo 1999.

⁷⁶ Caldeira 1999.

⁷⁷ Capel (dir) 1994, vol. II

⁷⁸ Miossec 1976, outros trabalhos citados anteriormente.

altamente especializados, finanças e infraestrutura e conhecimento especializado. Como em 1991 Saskia Sassen identificou o que chamou de "cidades globais", no qual estão concentrados os centros de decisão globais com capacidade de liderança em toda a economia mundial, houve muitos trabalhos para concluir seu estudo⁷⁹. Novamente, parece haver uma tendência à dispersão territorial dos centros de poder econômico.

Essa dispersão também é observada ao examinar a localização de grandes empresas financeiras e industriais globais. Embora, dito isso, é sempre possível que empresas com sede em diferentes países possam estabelecer acordos e cooperar para tomar decisões (por exemplo, na fixação de preços mínimos, na divisão de mercados, em estratégias de produção...).

No passado, o poder costumava se mostrar com todo o seu esplendor, abertamente, para impressionar. Hoje, por outro lado, o poder pode ter uma tendência a passar despercebido, a se esconder, a não ser chamado pelo nome, especialmente no caso do poder econômico. Precisamos apenas observar a crise atual e as pressões que os governos estão sofrendo com o que é vagamente descrito como mercado.

Mas os mercados não são um tipo de mão invisível e sem nome. São investidores específicos que decidem investir em um país ou outro, em um ou outro setor de atividade econômica, obtêm maior ou menor interesse pela dívida soberana, compram ou vendem ações, diminuem ou aumentam os preços de valores mobiliários.

Alguns agentes econômicos aparecem de vez em quando nas notícias da imprensa (Warren Buffet, Georges Soros, algum emir ou magnata árabe ...), mas muitos outros não sabem e tentam passar despercebidos ou, de qualquer forma, não são conhecidos por precisão o poder que eles representam.

É essencial saber quem realmente tem o poder econômico do mundo. O problema está na dificuldade de se obter dados globais sobre as relações interempresariais, por meio do controle de pacotes de ação e participação em conselhos de administração ou assembleias gerais com uma porcentagem dos votos que, de 51 por cento ou com porcentagens mais baixas e com alianças, dá aos acionistas que possuem a maioria a capacidade de influenciar as decisões da empresa.

Às vezes, esses dados globais são encontrados em alguns bancos de dados que podem ser acessíveis (como *Orbis*, *Forbes* ...), mas são insuficientes ou difíceis de analisar devido ao seu comprimento e complexidade. Pense que a base do *Orbis 2007* tem informações sobre

⁷⁹ Saskia Sassen 1991, Gavinha 2008.

30 milhões de atores econômicos em todo o mundo. A partir de uma análise cuidadosa deles, seria possível obter uma boa imagem do controle global da economia.

Recentemente, a partir desse banco de dados, um grupo de pesquisadores da Systems Design da ETH de Zurique selecionou 40.060 empresas transnacionais e conduziu uma investigação recursiva que permitiu identificar, acreditando que, pela primeira vez, a rede de todas as redes de propriedade ou controle que se origina ou termina em uma corporação transnacional. O resultado permite visualizar 600.508 nós e 1.006.968 links⁸⁰.

Foram analisadas as participações societárias e a proporção de votos nas assembleias, cujos dados permitem conhecer o controle direto ou indireto e identificar a estrutura da rede internacional de controle por pessoas ou corporações pertencentes total ou parcialmente a outras empresas. ; e, a partir daí, o controle que alguns atores têm na economia mundial. Ele trabalhou com o número de links dos nós, que correspondem ao número de empresas nas quais um acionista possui ações, o que constitui uma medida de diversificação de portfólio; e o número de diferentes acionistas que possuem ações em uma determinada empresa, o que é considerado um indicador de fragmentação do controle. Está provado que a rede de empresas transnacionais consiste em 23.825 componentes conectados; A maioria dos nós (77%) pertence a componentes amplamente conectados, com 463.006 atores econômicos e 889.609 relações, estendidos a 191 países. Uma análise mais detalhada e aprofundada da influência das grandes corporações transnacionais permitiu que os autores do estudo elaborassem uma lista das 50 principais empresas transnacionais que juntas controlam 39% das empresas estudadas e pertencem aos Estados Unidos (24), Grã-Bretanha (8), França (5), Japão (4), Alemanha, Suíça e Holanda (com 2 cada país) e China e Itália (com 1). É especialmente significativo que um total de 45 empresas transnacionais entre essas centenas seja de natureza financeira, incluindo Barclays, JP Morgan Chase, UBS, Banco de Nova York Mellon Corporation, Goldman Sachs, Morgan Stanley,

O estudo mostra um poder corporativo concentrado, mas também disperso. Através de outras empresas, eles controlam parte da atividade econômica global. Embora eles frequentemente ficam competindo entre si, eles também tendem a fazer acordos para controlar o mercado e, se possível, situações de monopólio.

⁸⁰ Vitali, Glatfelder & Battison 2011; Agradeço a Hindenburg Pires por me informar sobre este trabalho.

10. O poder da cidade: a construção da morfologia urbana.

Também podemos perguntar como a cidade é construída e quem tem o poder nesse processo.

A cidade aparece desde o início da história como o teatro do poder, local de atuação e presença visível dela. Todo o espaço é, de alguma forma, modelado pelo poder (político, econômico, social ...), às vezes indiretamente (a partir das normas impostas pela estrutura legal) e às vezes diretamente como uma manifestação explícita da vontade do poder

Pode-se dizer que existe uma arquitetura de poder em diferentes dimensões: poder político (palácios, muros, estátuas, jardins, cidadelas, quartéis, prisões ...); religiosos (templos, catedrais, mosteiros, conventos ..); econômico (sede da empresa, bancos ...); social (moradias suntuosas no exterior ...); ideológico e cultural (universidades, escolas ..). Poucas expressões mais representativas do excesso de poder do que as grandes obras arquitetônicas realizadas por ela, das pirâmides egípcias aos arranha-céus e as obras arquitetônicas icônicas atualmente construídas. Uma arquitetura para a glorificação do poder, para seduzir e impressionar, que reflete os egos exacerbados daqueles que encomendam as obras, a megalomania e o poder excessivo⁸¹.

Também é possível identificar o desempenho do poder na criação do espaço público. E também poderíamos facilmente reconhecer áreas urbanas onde o poder está concentrado eminentemente: as áreas centrais, o distrito da catedral, a *cidade*, o distrito comercial central ou o CBD.

Um aspecto mais concreto é o que se refere à estrutura urbana geral como uma manifestação de poder. Desde o início da história urbana, o crescimento de centros populacionais e cidades tem sido resultado de várias decisões individuais, sujeitas a algumas regras gerais que estabelecem certas regras para separar o público do privado ou que impedem a ocupação do local. estradas e espaços coletivos. A desorganização e ocupação desses espaços comuns, quando ocorre, é uma prova evidente da crise de poder; como aconteceu, por exemplo, na fase final do declínio do Império Romano.

Desde os primeiros estágios da história urbana, também houve um planejamento urbano para o crescimento, que sempre foi um exercício de poder. Em todos os casos, o planejamento envolve a tomada de decisões que determinam a organização do espaço futuro, às vezes por séculos ou milênios. O layout das ruas e a localização dos equipamentos

⁸¹ Ver Sudjic 2009.

fundamentais (a ágora, o fórum, a praça principal ...) afetam todo o funcionamento da cidade e as decisões dos agentes individuais (proprietários, construtores ...).

O exercício do poder na ordenação da cidade foi feito essencialmente através do plano geométrico ordenado. A geometria é uma expressão clara da racionalidade⁸² e um reflexo do exercício do poder.

No caso da ordenação das cidades, havia vários modelos possíveis: entre eles o hexagonal, o triangular, o circular. Mas na grande maioria dos casos, o avião usado por vários milênios foi ortogonal, usado para a criação de novas cidades e a reconstrução das cidades destruídas, devido às vantagens que oferece para a divisão da terra⁸³.

É apropriado perguntar sobre quem tem o poder na construção e administração da cidade. Do ponto de vista das administrações públicas, o corpo governante das cidades é o conselho da cidade, mas o poder central do estado também atua sobre elas; e pode agir também o que chamamos de poder das instituições regionais intermediárias regionais (o que é chamado em diferentes países, *Estados federados*, estados, províncias, comunidades autónomas). De qualquer forma, o Estado estabelece as regras do jogo através das leis que elabora e com a promulgação da legislação urbana; ao mesmo tempo, também pode atuar diretamente nas cidades, construindo equipamentos.

Prestar atenção aos agentes que constroem a cidade nos leva a distinguir entre agentes públicos (a prefeitura, o poder central e regional) e agentes privados. Em um conselho democrático da cidade, a análise do poder deve examinar o poder político (com diferentes partidos políticos e com diferentes tendências dentro de cada partido) e o técnico (engenheiros, arquitetos, médicos, secretários municipais, advogados, auditores ...). Entre os agentes privados, devemos destacar, sobretudo: os proprietários da terra, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, os construtores, o capital financeiro e os agentes auxiliares (arquitetos, publicitários ...). Embora alguns destes últimos às vezes tenham muitas reivindicações, o papel desses agentes auxiliares é subordinado⁸⁴.

A distinção entre agentes e atores nos permite focar a atenção nos primeiros, que são os que tomam as decisões fundamentais. Mas os atores, usuários simples que se deslocam na cidade sem a capacidade de intervir nela, também podem se tornar agentes. Foi o que aconteceu ocasionalmente, quando movimentos de bairro se tornaram agentes de mudança urbana.

⁸² Glacken 1997.

⁸³ Capel 2002 e 2005.

⁸⁴ Capel 2011a [Ver também Capel, 2013].

O planejamento urbano é controlado por meio de legislação geral, regulamentos municipais e o desenvolvimento de planos de planejamento urbano. Sabe-se que nas discussões dos órgãos de governo municipais, o importante, freqüentemente, é a agenda das sessões plenárias e os problemas que são selecionados para serem discutidos nelas, que direcionam o debate em direções específicas e distorcem toda a discussão. Da mesma forma, no desenvolvimento do plano de planejamento urbano, um momento fundamental é a mesma fase do desenvolvimento, em que as pressões dos proprietários, construtores, incorporadores e outros agentes urbanos podem ser sentidas.

A questão de como as cidades evoluíram nos últimos anos é interessante. Pode-se dizer que o poder é, por um lado, mais concentrado (por exemplo, poder financeiro ou de grandes promotores imobiliários), mas, ao mesmo tempo, mais disperso.

Não há dúvida de que - como os organizadores desses dias também acreditam no poder, como é dito no apelo a eles - os mecanismos do poder estão intervindo de maneira cada vez mais complexa na organização e operação das cidades, e houve grandes transformações nelas desde a crise de 1973, que tiveram um grande impacto no espaço urbano. Sem dúvida, existem problemas específicos da cidade atual, na fase de Urbanização Generalizada⁸⁵. E pode-se aceitar que a lógica produtiva das sociedades de consumo afeta o espaço físico da cidade.

Uma questão fundamental no urbanismo moderno é o debate sobre o direito à cidade e o direito à cidade em uma sociedade democrática; isto é, a possibilidade de transformar a cidade em uma sociedade democrática através do direito. É necessária uma nova forma de planejamento urbano, com diálogo e participação. O caso de Barcelona exemplifica muito bem tudo o que está acontecendo.

Podemos nos perguntar se existem espaços em que o poder não está presente. Em princípio, poderíamos imaginar que é a situação das áreas de moradias marginais, quartéis, *favelas*, *bidonvilles* ... Sem dúvida, o poder não está ausente nessas áreas, mas está presente de forma diferente, tanto retoricamente quanto efetivamente (neste caso, através das delegacias de polícia, mas às vezes elas não existem ..). Talvez a presença do poder esteja ligada a um poder alternativo não institucional, ao tráfico de drogas, às escolas de samba e à loteria ou ao jogo.... Mas inovações sociais que envolvem formas futuras de organização do poder também podem estar ocorrendo nessas áreas⁸⁶.

⁸⁵ Capel 2010.

⁸⁶ Capel 2012.

11. O poder da ciência, das comunidades científicas e das corporações profissionais.

Por fim, podemos voltar nossa atenção para uma questão que parece relevante em relação aos Jornadas: o exercício do poder na ciência e nas comunidades científicas.

Os organizadores desses dias acreditam que é necessário dedicar atenção especial às novas formas de dominação desenvolvidas pelo capitalismo globalizado e de consumo. Eles explicitamente apontam que, à dominação de classe clássica, ou dos estados, ou dominação masculina sobre as mulheres, as figuras de dominação através da cultura, consumo, imaginação ou epistemologia são significativamente adicionadas. " Consideram conveniente coletar "as representações críticas de outras ciências, das quais falam das condições de possibilidade de dominação (ciências sociais e humanas clássicas) e de suas técnicas, dispositivos e procedimentos (ciências da comunicação, direito, direito e direito). relações Internacionais...)".

A preocupação demonstrada pelos organizadores por tudo isso, é apropriado dedicar atenção neste trabalho ao papel da ciência no domínio e às comunidades científicas que produzem ciência. O que nos leva a considerar duas dimensões; o poder da ciência e, ao mesmo tempo, o poder da ciência.

11.1 O poder na ciência

Podemos começar com essa última dimensão, poder na ciência.

A inovação científica, o exercício do poder, a estrutura da comunidade científica e a organização do Estado estão intimamente relacionados.

A influência decisiva dos fatores sociais no desenvolvimento do conhecimento científico foi afirmada, como é sabido, pelas posições que podemos chamar de "externalistas". Isso geralmente está ligado ao peso do poder. Peso decisivo na definição dos problemas relevantes, na estrutura das comunidades, na mesma prática científica. Diante dessa posição, bem como da concepção oposta, que costuma ser chamada de "internalista", acho importante insistir no papel de destaque da estrutura e funcionamento das comunidades científicas⁸⁷.

A questão de como o poder é exercido nas disciplinas científicas oferece grande interesse e necessariamente nos leva à sociologia da ciência. O cientista não trabalha sozinho,

⁸⁷ Capel 1989 e 1991.

mas se matriculou em comunidades científicas e corporações profissionais. Ao integrar a eles, você aceita suas regras de operações, seus métodos, mitos disciplinares. Também suas estruturas de poder, a influência exercida pelas figuras e professores mais influentes.

Quem é inovador e pode espalhar suas inovações para a corporação ou a comunidade como um todo é uma questão muito pertinente.

Tem a ver com estruturas de poder: aqueles que se tornam professores são geralmente cientistas inovadores e brilhantes, desde que tenham posições de poder. O que a ciência sempre significa, além do prestígio intelectual, o controle de quadras e praças, o controle de publicações e, principalmente, as revistas, o controle do aparato administrativo.

A ligação do ensino e do exercício do poder nas comunidades científicas e nas empresas técnicas nos permite entender alguns aspectos do funcionamento e evolução da ciência e da tecnologia.

O exercício do poder nas corporações profissionais oferece grande interesse, pois em alguns casos elas são fortemente hierarquizadas. Especialmente nos corpos de engenheiros, organizados desde os séculos 18 e 19 como corpos a serviço do Estado (como corpos de engenheiros militares, estradas, canais e portos, minas, montanhas, agrônomos, geodestas, cartógrafos e engenheiros geográficos e outros).

O estudo do poder institucional e das mudanças nas comunidades científicas é de grande interesse; por exemplo, na geografia ou na antropologia⁸⁸. Certas mudanças revolucionárias em certas escolas nacionais só poderiam ocorrer depois de alguma circunstância afetar profundamente o poder dos professores universitários; É o caso da disseminação da geografia quantitativa na comunidade científica de geógrafos da França, que só foi realmente eficaz após as comoções que produziu na universidade em maio de 1968⁸⁹.

Esse exemplo, e outros que poderíamos citar, mostram a importância das estruturas de poder para a realização ou rejeição das revoluções científicas e o triunfo de novos paradigmas. No caso da geografia, temos dados sobre a luta entre concepções historicistas e neopositivistas na década de 1960, e depois entre ela e as chamadas geografias radicais, essencialmente antipositivista e pós-moderna. Uma luta muito intensa, pois afetou profundamente as estruturas de poder estabelecidas; os vencedores ficaram não apenas com o poder intelectual na comunidade científica, mas também com o poder real neles, ou seja, o controle das posições de professores e pesquisadores, dos recursos, das revistas científicas, das relações com poder político e econômico.

⁸⁸ Ver, em geral, os trabalhos citados na nota 85. Sobre o ensino da antropologia espanhola, Capel 2009.

⁸⁹ Capel 1970.

11.2 O poder da ciência

Também podemos fazer uma reflexão mais geral sobre o papel da ciência na dominação e sobre as implicações sociais das teorias científicas, como auxiliares do exercício do poder. Na apresentação desta VIII Conferência Internacional de Filosofia Política de 2011, dois problemas diferentes são realmente colocados: por um lado, de uma maneira especial, a questão de como “o controle e o cálculo das ciências humanas” se tornam sutis de dominação; mas, ao mesmo tempo, também é proposta a questão de como "as representações e valores da nova ordem econômica mundial" afetam a reflexão científica. Devemos falar, ainda que brevemente, de ambas as dimensões.

1-Ciências humanas e sociais a serviço do poder

A relação entre ideologia e ciência foi examinada e defendida em inúmeras ocasiões. De diferentes posições - que vão do marxismo ao historicismo de Kart Mannheim ou da Escola de Frankfurt - foi demonstrado que o conhecimento social ou histórico é afetado pela existência de idéias falsas e simplificadas sobre a realidade, em relação à posição social. em que os cientistas e a defesa de interesses sociais econômicos ou pessoais são encontrados. A ideologia implica ocultação ou falsificação de relações sociais, idéias aceitas sobre uma ordem social que não é questionada e que é legitimada e justificada⁹⁰.

A título de exemplo, e para mencionar algo que sei, no caso de debates sobre a população americana no século XVI, pode-se perceber que as idéias que foram elaboradas sobre as características dos povos indígenas, sua história ou os fatores de seu declínio demográfico, foram afetados pelos interesses de conquista e colonização, bem como pelas estratégias de evangelização. Seria um bom exemplo da relação entre conhecimento e interesse, usando o título do livro de Jürgen Habermas. Resultou em preconceitos e posições de pré-análise, tentando apoiar interesses muito específicos e estratégias específicas⁹¹.

Poderíamos, talvez, refletir também sobre as implicações das concepções científicas gerais; por exemplo, se o positivismo e o neopositivismo são concepções científicas ligadas ao poder, como às vezes se afirma, e se o historicismo e o antipositivismo são criticados e emancipados em relação ao poder. O que historicamente pode ter acontecido - por exemplo,

⁹⁰ Ver Capel 1989, p. 19 e segs.

⁹¹ Capel 1989.

em algumas versões do neopositivismo - mas, em geral, não pode ser aceito. Vale lembrar que, no debate entre a geo-positivista e a geografia radical no início da década de 1970, um geógrafo dessa última tendência observou que "os métodos quantitativos se tornam radicais quando aplicados a problemas radicais".

Finalmente, poderíamos debater se ciências inteiras foram, em algum momento, funcionais para o estabelecimento de um sistema de dominação. Existem muitas interpretações que foram feitas sobre o papel da antropologia no imperialismo europeu⁹² e a geografia também foi acusada de servir principalmente para fazer guerra e garantir o domínio do território⁹³.

Em geral, o papel da ciência na dominação e no serviço do poder é o que deve ser examinado nessa perspectiva, que não podemos desenvolver aqui.

2-Nova ordem econômica e ciência

Mais pertinente me parece uma reflexão sobre se, durante as últimas duas ou três décadas, o domínio das idéias e políticas neoliberais na economia levou a ampliar uma série de concepções e teorias científicas claramente relacionadas a essas posições políticas. Podemos citar entre eles desregulamentação, privatização, consulta público-privada, deslegitimação do Estado e do público, governança e neo-institucionalismo ou urbanismo contra o plano, entre outros.

Nesse mesmo contexto, a ilusão científica da teoria macroeconômica foi exacerbada, a pretensão de poder fazer previsões. A ciência foi usada para garantir o triunfo das idéias que a história econômica mostrava serem falsas e que a atual crise econômica mostrou que elas estavam a serviço dos interesses de alguns grupos econômicos. O impacto das concepções neoliberais nas teorias e práticas de planejamento urbano nas cidades refletiu-se no crescente papel do capital financeiro no desenvolvimento imobiliário, e do ponto de vista intelectual, como vimos, no domínio das idéias sobre consulta pública privada, ênfase em projetos concretos e rejeição do planejamento urbano⁹⁴.

Uma parte dos estudos econômicos aceitou, sem exame ou discussão adicional, os princípios do neoliberalismo e os incorporou em suas análises alegadamente científicas. Em muitos artigos científicos, há uma avaliação positiva explícita do pacote de medidas

⁹² Kuper 1973, Leclercq 1973.

⁹³ Lacoste 1976.

⁹⁴ Capel 2011.

econômicas de estabilização, liberalização e privatização, a defesa da necessidade de estabelecer uma estrutura institucional adequada para uma economia de mercado, para realizar reformas que favoreçam a concorrência, mudanças na burocracia governamental com demandas por sua diminuição e a importância de "regulamentações comerciais leves, espaços para resolver disputas comerciais e pouca (ou nenhuma) interferência governamental na economia"⁹⁵.

Existem sérios preconceitos na discussão científica sobre instituições democráticas e sua relação com o crescimento econômico. Em alguns casos, a democracia é entendida apenas como ligada ao mercado e até ao capitalismo. A existência de instituições políticas que aceitam e favorecem o mercado é considerada muito positiva para obter altas taxas de crescimento.

Encontramos numerosos argumentos econômicos sólidos em investigações sociológicas e econômicas inúmeras vezes. Economistas com conhecimento histórico superficial discutem alegremente sobre a evolução dos estados e impérios coloniais, às vezes com preconceitos descarados sobre o passado e claramente favoráveis à história mundial britânica e inglesa; e olhando de hoje para o passado com preconceitos das idéias neoliberais que dominaram nas últimas décadas. Eles são tendenciosos em seus julgamentos sobre a possibilidade de mudanças institucionais, estimando que são possíveis nos países desenvolvidos e impossíveis naqueles que não o são, por causa da herança colonial; Certamente, esses são sempre aqueles que têm uma herança colonial não britânica, pois isso é considerado especialmente benéfico para o desenvolvimento.

Recentemente, várias interpretações das políticas de crescimento econômico da perspectiva neo-institucional, ousam entender por "bom governo" aqueles que incentivam o avanço em direção a uma economia capitalista, consideram que as tradições jurídicas britânicas são mais favoráveis do que as dos hispânicos para evitar regulamentações abusivas e desapropriações à propriedade privada, e que estas, ou os franceses, "priorizando os direitos do Estado têm impactos negativos no desenvolvimento financeiro".

Apesar de seu aparato econométrico, alguns estudos supostamente científicos são escandalosamente inconsistentes, pois se pode encontrar neles que, após estudos aprofundados, são alcançadas conclusões como esta: "as instituições que levam a um bom desempenho econômico são aquelas que mostram alto grau de flexibilidade institucional e adaptação ao meio ambiente".

⁹⁵ Conforme proposto por alguns autores resumidos por Arellano Gault e Lepore 2009; a citação final desta seção é dos mesmos autores, p. 275.

Conclusão.

A filosofia é boa para formular marcos teóricos gerais. Mas os filósofos não devem permanecer em geral, mas devem levar à formulação de hipóteses a serem investigadas. E faça isso a partir de pesquisas históricas ou sociais, que os filósofos também devem se comprometer a fazer, o que geralmente não fazem. As abordagens filosóficas são às vezes tão gerais que não têm conteúdo histórico ou relevância para situações específicas.

Existem novas situações e novos problemas, que eram desconhecidos ou eram embrionários e que nos obrigam a repensar muitas coisas, a repensar idéias antigas. É urgente a necessidade de intensificar abordagens interdisciplinares, como a que inspirou a organização desses dias.

Quais são as estratégias que o poder usa para alcançar a dominação é uma questão essencial Assim como a evolução histórica deles é um tópico interessante de pesquisa.

Como também é a eficácia dessas estratégias. Devemos ter em mente que eles podem não ser eficazes, e também que, às vezes, existem contradições e confrontos internos entre aqueles que o detêm, também pode haver uma dispersão de poder, com o surgimento de novos centros de poder. Conhecer o poder em sua realidade histórica concreta é essencial para a resistência. O poder pode ser brutal ou hábil para impor dominação e tem numerosos e cada vez mais poderosos recursos à sua disposição. Mas o poder parece apenas monolítico visto de fora. Visto de dentro, geralmente não é. Precisa de apoio e alianças, pode ser dividido ou com confrontos internos muito violentos.

Nem governos democráticos nem grandes corporações são monolíticas. Mesmo o poder autocrático não é, como o exemplo do regime de Franco ou da Igreja pode mostrar.

Do ponto de vista dos que estão no poder, nem tudo é inexoravelmente determinado. Existe também a capacidade de acomodação e resistência ativa ou passiva. Não é apenas uma vez que o poder mudou de mãos.

Lembro-me de um cartaz que encontrei em um lugar e que dizia algo que admite duas leituras antagônicas: "O dever não é pagar". De maneira semelhante, poderíamos cunhar outro que mostre o uso ambíguo como substantivo e verbo, e também tenha duas leituras possíveis, uma de direitos e outra de esquerdas: "O poder está sendo capaz"; leitura da direita: quem tem poder tem capacidade e, portanto, conseguiu obtê-lo, ou seja, é o mais apto para isso; de esquerdas: as classes dominadas podem ser capazes de alcançar o poder. Resta ver o que acontecerá em um mundo pós-capitalista hipotético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGNEW, John. *Making Political Geography*. London: Oxford University Press, 2002. 208 p.
- _____, John & Stuart CORBRIDGE. *Mastering Scpaces. Hegemony, Territory and International Political Economy*. London and New York: Routledge, 1995. 260 p.
- ARELLANO GAULT, David, y Walter LÓPEZ. Poder, patrón de dependencia y nuevo institucionalismo económico. Límites y restricciones de la literatura contemporánea. *Gestión y Política Pública*, México, 2º semestre de 2009, vol. XVIII, nº 2, p. 253-293.
- ARROYO, Mercedes. Alfred D. Chandler y el debate en torno a su obra intelectual. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 4 de marzo de 1999, nº 141 <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-141.htm>>.
- BATAILLON, Claude. *État, pouvoir et espace dans le Tiers-Monde*. Paris : Université de Paris I, 1977.
- BEHRENS, C. B. A. *Society, Government and the Enlightenment. The Experience of Eighteen-Century France and Prusia*. New York, etc: Harper & Row Publ., 1985. 248 p.
- BEIK, William. The absolutism of Louis XIV as social collaboration. *Past and Present*, August 2005, nº 188, p.195-234.
- BODIN, Jean. *Los seis libros de la República*. Selección, traducción e introducción de Pedro Bravo. Madrid: Aguilar,1973. 240 p.
- BONASTRA, Quim. Higiene pública y construcción de espacio urbano en Argentina. La ciudad higiénica de La Plata. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 1999, nº 45 (28)<<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-28.htm>>.
- _____. Innovaciones y continuismo en las concepciones sobre el contagio y las cuarentenas en la España del siglo XIX. Reflexiones acerca de un problema sanitario, económico y social. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. 1 de agosto 2000, nº 69 (35) <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-35.htm>>.
- _____. La prevención de epidemias y el control de la inmigración en el este de Canadá (siglos XVIII- XX). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2001, nº 94 (94) <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-94.htm>>.
- _____. El debate acerca del contagio en España del cambio del Antiguo Régimen a la sociedad industrial. Implicaciones políticas, económicas sociales del debate científico. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA, (Coord.) 2001, p. 291-307.

_____. La cuarentena en Quebec y el plan preventivo de William Marsden (1832-1866). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 195 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-195.htm>>.

_____. Los orígenes del lazareto pabellonario. La arquitectura cuarentenaria en el cambio del setecientos al ochocientos. Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, Madrid: CSIC, 2006, vol. LX, nº 1, p. 237-266.

_____. Romanticismo y naturaleza en la prevención de las epidemias en América del Norte. El modelo paisajista de lazareto y su implantación en Canadá. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2007, vol. XI, núm. 250 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-250.htm>>.

_____. Ciencia, sociedad y planificación territorial en la institución del lazareto. Tesis Doctoral dirigida por el Profesor Pedro Fraile y Pérez de Mendiguren. Universidad de Barcelona, Departamento de Geografía Humana, 2008.

_____. Le lazaret, à la croisée de traditions architecturales hétérogènes.): Revue de la Societe Française d'Histoire des Hôpitaux, 2008, nº 131-132, p. 65-69.

_____. El lazareto: una encrucijada de tradiciones arquitectónicas. Institut Menorquí d'Estudis, 2010, p. 70-101.

BONASTRA, Quim y JORI, Gerard (Ed.). Imaginar, organizar y controlar el territorio. Una visión geográfica de la construcción del Estado-nación. Barcelona: Icaria, 2013.

BRZEZINSKI, Zbigniew; El Gran Tablero Mundial, La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Barcelona: Paidós, 1998. 230 p.

CALDEIRA, Jorge. Mauá, Empresario do Imperio. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999. 557 p.

CAMPOS, Ricardo. Tabernas, sociabilidad obrera y control social en el Madrid de la Restauración. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA (Coord.) 2001, p. 43-58.

CAPEL, Horacio. La crisis de la geografía y las Jornadas Geográficas de Aix-en-Provence. Revista de Geografía, Universidad de Barcelona, vol.IV, nº 2, 1970, p. 189-195 <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45845/56639>>.

_____. Historia de las ciencias e historia de las disciplinas científicas. Objetivos y bifurcaciones de un programa de investigación sobre historia de la geografía Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Universidad de Barcelona, núm. 84, diciembre 1989, 68 p. <<http://www.ub.es/geocrit/geo84.htm>>.

_____. Ideología y ciencia en los debates sobre la población americana durante el siglo XVI. Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Human. Universidad de Barcelona, núm. 79-80, 1989, 107 p. <<http://www.ub.edu/geocrit/geo79-80.pdf>>.

- _____ (Coord.). Los espacios acotados. Geografía y dominación social. Barcelona: Ediciones PPU, 1990. 288 p.
- _____. Factores sociales y desarrollo de la ciencia: el papel de las comunidades científicas. In VALERA, M. y LOPEZ, C. (eds.): Actas del V Congreso de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas. Murcia/Barcelona: DM/PPU, 1991, tomo I, p. 185-228.
- _____ (Dir.): Las Tres Chimeneas. Implantación industrial, cambio tecnológico y transformación de un espacio urbano barcelonés, Barcelona: Fuerzas Eléctricas de Cataluña S.A. (FECSA), 1994, 3 vols., 226 + 222 + 226 p. Vol. II, cap. VII <http://www.ub.edu/geocrit/3ch/3ch_2_07.pdf>, cap. X., y vol. III, Conclusión (p. 165-216) <<http://www.ub.es/geocrit/tres-ch.htm>>.
- _____. La morfología de las ciudades. I Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. 544 p.
- _____. La morfología de las ciudades. Vol. II, Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios. Barcelona: Ediciones del Serbal (Colección La Estrella Polar), 2005. 656 p.
- _____. El control de las migraciones internacionales y el Memorial de Inmigrantes en São Paulo, Brasil. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. XII30 de julio de 2007, nº 739, <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-739.htm>>
- _____. La antropología española y el magisterio de Claudio Esteva Fabregat. Estrategias institucionales y desarrollo intelectual en las disciplinas científicas. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de abril de 2009, vol. XII, núm. 287 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-287.htm>>.
- _____. Urbanización Generalizada, derecho a la ciudad y derecho para la ciudad. Conferencia inaugural del XI Coloquio Internacional de Geocrítica. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (7). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-7.htm>>.
- _____. Los arquitectos como agentes urbanos y la enseñanza del urbanismo. Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales. Madrid: Ministerio de Vivienda, 2011a, nº 169-170, p. 611-622.
- _____. Derecho para la ciudad en una sociedad democrática. Respuesta a Jean-Pierre Garnier. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011b, vol. XV, nº 353 (2). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-353/sn-353-2.htm>>.
- _____. Crisis económica, temores y retos: diez años de cambios en las ciudades. In NADAL, Jordi, y Juan VELARDE FUERTES (Coords.), 2011, p. 55-

84 <<http://www.publicacionescajamar.es/pdf/publicaciones-periodicas/mediterraneo-economico/20/20-421.pdf>>

_____. Innovaciones sociales, diagnósticos científicos y construcción de la ciudad. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de diciembre de 2012, Vol. XVII, nº 1004. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1004.htm>>.

_____. Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Vol. III de La morfología de las ciudades. Barcelona: Ediciones del Serbal (Colección La Estrella Polar, nº 62), 2013. 461 p. [ISBN: 978-84-7628-732-3; ISBN, obra completa: 978-84-7628-450-6; Depósito legal: B-20.845-2013].

_____ y CLUSA, Joaquín (Eds.): La organización territorial de empresas e instituciones públicas en España, Barcelona: Ediciones de la Universidad de Barcelona, Colección "Geo Crítica. Textos de Apoyo", nº 5, 1985, 190 p. <<http://books.google.es/>>

_____.; LINTEAU, P. A. (coords.) Barcelona-Montréal. Desarrollo urbano comparado/Developpement urbain comparé. Barcelona: Eds. de la Universidad de Barcelona-Institut National de la Recherche Scientifique (Urbanisation), 1998,

CASSIRER, Ernst. El mito del Estado [1946]. México: Fondo de Cultura Económica, Tercera reimpresión 1974. 362 p.

CHANDLER, Alfred D. Jr. Scale and Scope. The Dynamics of Industrial Capitalism. Harvard University Press, 1990. Versión española: Escala y diversificación. La dinámica del capitalismo industrial. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1996, 2 vols. Traducción de Jordi Pascual.

CHANDLER, Alfred D. Jr. The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business. Cambridge, Mass: 1977. Versión española: La mano visible. La revolución en la dirección de la empresa norteamericana. Madrid: Centro de publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad, 1988

CHAUPRADE Aymeric. Géopolitique. Constantes et changements dans l'histoire. Paris : Ellipses, 2007. 1050 p.

CLAVAL, Paul. La géographie et les phénomènes de domination. L'Espace Géographique, Paris, 1976, nº 3, p. 145-154.

_____. Espace et pouvoir. Paris: PUF, 1978. Versión castellana, Espacio y poder. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 246 p.

CLEMENS-DENYS, Catherine. De l'autoregulation social au contrôle policier. La naissance de la police moderne dans les ville du Nord de la France au XVIIe siècle. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA (Coord.) 2001, p. 99-110.

COQUERY Natacha. L'espace du pouvoir, de la demeure privée à l'édifice public (Paris 1700-1790). 2000 Seli Aíslan

- COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e Geopolítica. São Paulo EdUSP, 1992. 2ª ed. 2008. 352 p.
- CUARTO. Cuarto Encuentro sobre el Justicia de Aragón, Zaragoza 16 de mayo de 2003. Zaragoza: El Justicia de Aragón, 2004. 254 p.
- CUNHA, Mafalda Soares de, y Juan HERNÁNDEZ FRANCO. Sociedade, família e poder na Península Ibérica: Elementos para una História Comparativa/ Sociedad, familia y poder en la Península Ibérica: Elementos para una Historia Comparada. Lisboa: Ed. Colibrí/ Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2010.
- D'AQUINO, Patrick . Le territoire entre espace et pouvoir : pour une planification territoriale ascendante, L'Espace Géographique 2002, tome 31, n° 1, p. 3-22 <<http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2002-1-page-3.htm>>.
- DICAIRE, Daniel. L'apparition de la police à Montréal au XIXe siècle. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA (Coord.) 2001, p. 137-144.
- DOMÍNGUEZ, Josep Lluís. Un análisis diacrónico sobre la seguridad y los riesgos sociales. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA (Coord.) 2001, p. 145-166.
- DUFRESNE, Martin. De la police de la cité à la police de la ville : la nouvelle police à Québec dans la première moitié du XIXe siècle. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA (Coords.) 2001, p. 125-156.
- ESCALANTE, Manuel F. Álamos Barrientos y la teoría de la razón de estado en España. Barcelona: Fontamara, 1975. 201 p.
- FARRINGTON, Hugh. Strategic Geography. NATO, The Warsaw Pact and the Superpowers. London and New York: Routledge. Second Ed. 1989. 435 p.
- FERRAROTTI, Franco (a cura de). Sociologia del potere: da prerogativa personale a funzione razionale collective. Bari: Laterza, 1972. XXXV + 430 p.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica del poder. Madrid : Las Ediciones de la Piqueta, 1978. 189 p.
- FRAILE y PEREZ DE MENDIGUREN, Pedro. El castigo y el poder. Espacio y lenguaje de la cárcel, Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, mayo 1985, 57, 62 p.
- _____, Pedro. Un espacio para castigar. La cárcel y la ciencia penitenciaria en España. Barcelona: Ediciones El Serbal-CSIC, 1987. 224 p.
- _____, Pedro. Lograr obediencias maquinales. Un proyecto espacial. In CAPEL (Coord.) 1990, p. 13-40.
- _____. La otra ciudad del Rey. Ciencia de policía y organización urbana en España (siglos XVIII-XIX). Madrid: Celeste Ed., 1997, 152 p.

_____. Literatura geográfica y control social. In CAPEL, H. (ed.) Los espacios acotados. Geografía y dominación social. Barcelona: P.P.U., 1990, p. 199-210.

_____. Urbanismo y control social en los Tratados de Policía. In CAPEL, H.; LOPEZ PIÑERO, J. M. (Eds.) Ciencia e ideología en la ciudad. Valencia: Conselleria d'Obres Publiques, Urbanisme i Transports, 1992, vol. I, p.133-147.

_____. La cárcel y la ciudad: Montréal y Barcelona. In p. CAPEL-LINTEAU, 1998, 337-353.

_____. El castigo y el poder. Espacio y lenguaje de la cárcel. Geo Crítica. Departamento de Geografía Humana. Universidad de Barcelona, mayo 1985, nº 57, 59 p.

_____. La necesidad de remodelar un espacio urbano: La Habana bajo el general Tacón. Estudios de Historia Social (número monográfico sobre España y Cuba en el siglo XIX), 1988, nº 44-47, p. 577-594.

_____. La voluntad de ordenar. La "Ciencia de Policía" española. Suplementos. La Geografía hoy, abril 1994, 43, p. 115-121. ISSN 1130-2089

_____. La ciencia de policía y el poder local en la España del siglo XVIII. Arbor, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Septiembre-Octubre 1996, CLV, 609-610, p. 27-58. ISSN 0210-1963

_____. El vigilante de la atalaya. La génesis de los espacios de control en los albores del capitalismo. Lleida: Milenio, 2005.

_____. Administrar la ciudad y gobernar a los individuos: Pérez de Herrera y los antecedentes de la Ciencia de Policía. In BEASCOECHEA, J. M.; GONZÁLEZ, M.; NOVO, P. La ciudad contemporánea, espacio y sociedad. Bilbao: Servicio editorial de la Universidad del País Vasco, 2006. p. 351-372.

_____. The Construction of the Idea of the City in Early Modern Europe: Pérez de Herrera and Nicolas Delamare, Journal of Urban History, 2010, 36 (5), p. 685-708 <<http://juh.sagepub.com/content/36/5/685.full.pdf+html>>.

_____. (Ed.) y BONASTRA, Quim (Coord.). Modelar para gobernar. El control de la población y el territorio en Europa y Canadá. Una perspectiva histórica. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona (Colección "Geo Crítica. Textos de Apoyo"), 2001. 336 p.

GALLAND-SEGUELA, Martine. Le ingenieurs militaires espagnols de 1710 à 1803. Étude prosopographique et sociale d'un corps d'élite. These pour l'obtention du grade de

Docteur de l' Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Directeur de thèse prof. Bernard Vincent, Paris, 2003. 455 + 119 p. (Reseña en Biblio 3W 2003, nº 471).

GALLAND-SEGUELA, M. Las condiciones materiales de la vida privada de los ingenieros militares en España durante el siglo XVIII. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de diciembre de 2004, vol. VIII, núm. 179 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-179.htm>>.

GARNIER, Jean-Pierre. Treinta objeciones a Horacio Capel. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de febrero de 2011, vol. XV, nº 353 (1). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-353-1.htm>>.

GAVINHA, José. Veinte años de ciudades globales: ideas, mitos y nuevas evidencias. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (6). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-6.htm>>.

GIESEY, R. E. Nuevos puntos de vista sobre el juramento: “Nos que valem tanto como Vos”. Boletín de la Real Academia de la Historia, Madrid, 1967, vol. CLX, nº 2, p. 209-221.

GLACKEN, Clarence C. Huellas en la playa de Rodas. Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental, desde la Antigüedad al siglo XVIII, Traducción de J. C. García Borrón. Introducción de Horacio Capel. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996. (Introducción: <<http://www.ub.es/geocrit/glacken.htm>>).

GUELL, Monique. La représentation du pouvoir à travers du Cancionero General de 1511. In REDONDO (ed.) 2000, p. 13-33.

HARVEY, David. The New Imperialism. Oxford: University Press, 2003. 253 p.

HOGGART, Keith. People, Power and Plice. Perspectives on Anglo-American Politics. London and New York: Routledge, 1991. 335 p.

HUERTAS, Rafael. La organización de la asistencia psiquiátrica en la España del cambio de siglo. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA, (Coord.) 2001, p. 265-274.

JOHNSTON, Ron J., GREGORY, Derek, y David M. SMITH. Diccionario Akal de Geografía Humana. Traducción de Rosa Mecha López. Madrid: Akal, 2000. 592 p.

JORI GARCÍA, Gerard. Higiene, salud pública y control del medio ambiente urbano en la España Moderna. Las aportaciones del pensamiento médico a la planificación y gestión de la ciudad. Tesis Doctoral dirigida por el Prof. H. Capel. Universidad de Barcelona, noviembre 2012. 948 p.

JORI, Gerard y CAPEL, Horacio (Ed.). Derecho para la ciudad en una sociedad democrática. Reacciones y comentarios al debate entre Jean-Pierre Garnier y Horacio Capel. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011, vol. XVI, nº 932 (Número extraordinario). <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-932/b3w-932.htm>>.

- LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord à faire la guerre. Paris : Maspero, 1976. Traducción al castellano por Joaquín Jordá, La geografía un arma para la guerra. Barcelona: Anagrama, 1977.
- LECLERCQ, Gérard. Antropología y colonialismo. Traducción de Jesús Martínez de Velasco. Madrid: Alberto Corazón, 1973. 274 p.
- MALDONADO ALEMÁN, Manuel (ed.). Literatura y poder. Bern, Berlin etc : Peter Lang, 2005. 318 p.
- MARONGIU, Antonio. "Nos que valemos tanto como Vos...". In Homenaje a Jaime Vicens Vives, Barcelona, 1965, I, p. 543-550.
- MENDIETA, Lucio. Sociología del poder. México: Instituto de Investigaciones Sociales, 1969. 127 p.
- MIOSSEC, Jean Marie. Espace et pouvoir. La localisation des forces de décision dans le monde : esquisse de géographie politique théorique. L'Espace Géographique, Janvier_Mars 1976, tome V, n° 1, p. 20-26. 1976, n° 3, p. 165-175.
- MUÑOZ CORBALAN, Juan Miguel. Los militares borbónicos. De Flandes a España (1691-1718). Formación y desarrollo de una nueva arquitectura moderna en Cataluña, Madrid: Ministerio de Defensa, 1995.
- NADAL, Jordi, y Juan VELARDE FUERTES (Coords.). Balance de una década. Diez años de Mediterráneo Económico. Almería: Fundación Cajamar (Mediterráneo Económico. Colección de Estudios Socioeconómicos, n° 20), 2011, 225 p.
- NADAL PIQUÉ, Francesc. Poder municipal y espacio urbano en la configuración territorial del Estado liberal español. Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, 1982, n° 37, 41 p.
-
- _____. Notas bibliográficas en torno al espacio y el poder. Revista de Geografía, Universidad de Barcelona, Enero-diciembre 1982-83, vol. XVI-XVII, p. 193-198. <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/viewFile/45962/56788>>.
-
- _____, Francesc. Política territorial y anexiones de municipios urbanos en España (siglos XIX-XX), Universidad de Barcelona, abril 1985, 2 vols. texto, 592 p., y 1 vol. de apéndices, 417 p.
-
- _____. Burgueses, burócratas y territorio, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1987, 350 p.
-
- _____. Burgueses contra el municipalismo. La configuración de la Gran Barcelona y las anexiones de municipios (1874-1904)", Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana, n° 59-60, septiembre-noviembre 1985, 100 p.

OLIVA GERSTNER, Laura. El alojamiento de inmigrantes en el Río de la Plata, siglos XIX y XX: planificación estatal y redes sociales. Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol.XIII, nº 779, 25 de marzo de 2008 <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-779.htm>>.

OLIVA GESTNER, Laura. La idea de Argentina. Conciencias territoriales e invención del espacio nacional argentino, siglos XIX-XX. Tesis Doctoral dirigida por Horacio Capel, Departamento de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, 2011.

OLIVERAS SAMITIER, Josep. Las colonias industriales: el imperio de una voluntad soberana. In CAPEL (coord.) 1990, p. 41-64.

PACIONE, Michael (ed.). Progress in Political Geography. London, etc.: Crom Helm, 1985. 278 p.

PAINTER, Joe. Politics, Geography & 'Political Geography'. A critical Perspective. London etc: Arnold, 1995. 206 p.

PARKER, Geoffrey. The Geopolitics of Domination. London & New York: Routledge, 1988. 184 p.

PEÑA GUZMAN, Celina y Esteban PONCE ORTIZ (Coords.). Historias de la Independencia. ¿Independencia de la Historia? Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2011. 237 p.

PÉREZ, Antonio. Suma de preceptos justos, necesarios y provechosos en Consejo de Estado al Rey Felipe III, siendo Príncipe. Aforismos sacados de la Historia de Publio Cornelio Tácito. Barcelona: Anthropos, 1991. 162 p.

PRESCOTT, J. R. V. Political Geography. London: Methuen, 1972. 124 p.

RAFFESTIN, Claude & Mercedes BRESSO. Travail, espace, pouvoir. Lausanne: L'Age de l'Homme. 1979.

_____. Marxismo et géographie politique. Cahiers de Géographie du Quebec, 1985, vol. 29, nº 77, p. 271-281 <<http://www.erudit.org/revue/cgq/1985/v29/n77/021723ar.pdf>>.

_____ & Angelo TURCO. Espace et pouvoir. In Bailly Antoine (Ed.). Les concepts de la géographie humaine. Paris : Masson, 1984, p. 45-50 <<http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4417>>.

_____ & Angelo BARAMPAMA. Espace et pouvoir. In BAILLY (Ed.). Les concepts de la géographie humaine. Paris: Armand Colin, 1998, p. 63-71 <<http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4464>>.

REDONDO, Agustín (sous la direction de). Le pouvoir au miroir de la littérature en Espagne au XVIe et XVIIe siècle. Paris: Publications de la Sorbonne (Travaux du CRES XVI), 2000. 249 p

REQUENA, Jesús. Un nuevo espacio para un orden nuevo. La organización de servicios municipales de policía en la ciudad del siglo XIX. In FRAILE (Ed.) y BONASTRA (Coord.) 2001, p. 111-124.

ROBIC, Marie-Claire (Coord.). Un gran XXe siècle de Géographie française. Paris: ADFP, Ministère des Affaires Étrangères, 2006. 215 p.

ROUBAN, Luc. La fin des technocrates. Paris: Presses de Sciences Po, 1998, 132 p.

SANCHEZ DE JUAN, Joan-Antón. Civitas et Urbs. The Idea of the City and the Historical Imagination of Urban Governance in Spain, 19th-20th Centuries. Ph.D. Thesis (Supervisor Prof. Raffaella Romanelli), European University Florence, 2001. 308 p.

SÁNCHEZ PÉREZ, Joan-Eugeni. Poder y espacio. Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, Septiembre 1979, nº 23. 38 p.

_____. La geografía y el espacio social del poder, Barcelona: Los Libros de la Frontera, 1981. 252 p.

_____. Formación social y espacio en la Cataluña contemporánea (1936-1975). Barcelona: Universidad de Barcelona, septiembre 1983, 2 vols. 1063 p.

_____. La coherencia entre cambio social y transformaciones espaciales. El ejemplo de Cataluña, Geo Crítica. . Cuadernos Críticos de Geografía Humana, abril, 1984, nº 51, 56 p.

_____. Geografía política. Madrid: Síntesis, 1992. 224 p.

SASSEN, Saskia. The Global City: New York, London, Tokyo , 2 a. edición. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1991/2001.

SERENY, Gitta. El trauma alemán. Testimonios cruciales de la ascendencia y caída del nazismo. Traducción por Ana Duque de Vega. Barcelona: Península, 2005. 380 p.

SHORT, John R. An Introduction to Political Geograpy. London Routledge & Kegan Paul, 1982. 193 p.

SILVA BEAUREGARD, Paulette. En el nombre del pueblo. Políticas y poéticas de una 'república aérea' (Venezuela 1810-1812). In PEÑA GUZMAN y PONCE ORTIZ 2010, P. 49-80

SLOWE, Peter M. Geography and Political Order. The Geography of Nations and States. London and New York: Routledge, 1990. 210.

SOARES DE CUNHA y HÉRNÁNDEZ FRANCO, Juan (orgs.) Sociedad, familia e poder na Península ibérica. Elementos para uma historia comparativa. Universidad de Murcia, Evora: Cidehus, 2010. 276 p.

SUDJIC, Deyan. La arquitectura del poder. Cómo los ricos y poderosos dan forma al mundo. Traducción de Isabel Ferer Marrades. Barcelona: Ariel, 2009. 303 p.

TATJER, Mercedes. Control municipal de la salubridad y de la higiene doméstica en Barcelona (1856-1932). In FRAILE (Ed.) y BONSASTRÁ (Coord.) 2001, p. 59-78.

TAYLOR, Peter J. Political Geography. World-economy, Nation-States and Locality. London and New York: Longman, 1985. 238 p.

_____. & Colin FLINT. Geografía política. Economía-Mundo, Estados Nación y Localidad. Traducción de Adela Despujol y Herberto Carou. Madrid: Trama Editorial, 2ª edición corregida y aumentada, 2002. 447 p.

TOSCAS I SANTAMANS, Eliseu. L'Estat i els poders locals a la Catalunya del segle XIX. Una visió des de Sarrià (1780-1860). Pròleg de Raffaele Romanelli. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1997. 344 p. (Recensió en Biblio 3W, 1997, nº 38 <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-38.htm>>).

_____. Autoridad del Estado y autonomía del municipio en la España liberal. En torno a la incidencia en el territorio de una norma sobre el nombramiento de secretarios municipales (1853-1868). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de enero de 2008, vol. XII, núm. 256 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-256.htm>>.

_____. Las nuevas normas sobre los secretarios de los ayuntamientos en España: un ejemplo de desregulación de la función pública. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (34) <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-34.htm>>.

_____. Secretarios municipales y construcción del Estado liberal en España. Valencia: Tirant lo Blanc 2008.

_____. Del Estado. Algunas consideraciones desde la historia. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de julio de 2011, vol. XVI, nº 932 (4). <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-932/b3w-932-4.htm>>.

TOSCAS, E.; AYALA, F. Entre profesionales y burócratas. Los secretarios municipales en la España del siglo XIX Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (92), 2002 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-92.htm>>.

_____. Estado liberal y poder local en España. El papel de las incompatibilidades entre 'empleos públicos' en la configuración del moderno secretario municipal: normas y prácticas. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de diciembre de 2003, vol. VII, núm. 154. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-154.htm>

TERRASA LOZANO, Antonio. Legal enemies, beloved brothers: high nobility, family conflict and the aristocrats' two bodies in early modern Castile. European Review of History, October 2010, vol. 17, p. 719-734.

VITALI, Stefania, James B. GLATTFELDER & Stefano BATTISON. The network of global corporate control. Newsscientist, 2011. <http://arxiv.org/PS_cache/arxiv/pdf/1107/1107.5728v2.pdf>.

WHITAKER, R. The End of Privacy. New York: The New Press, 1999.